

A ECONOMIA PORTUGUESA INSERIDA NA COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPÉIA (1996-2005)¹

Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli²

Luiz Eduardo Simões de Souza³

RESUMO

O presente artigo busca apresentar um quadro geral da economia portuguesa após dez anos de inserção no Bloco Eurpoeu, contemplando uma análise do segundo decênio da participação do país na Comunidade Econômica Europeia.

PALAVRAS-CHAVE: Portugal; Comunidade Econômica Europeia, Economia Internacional; História Econômica.

ABSTRACT

This article aims to present a general analysis of the Portuguese economy after ten years of entering the EEC, focusing on an analysis of the second decade of the country's participation in the Community.

KEYWORDS: Portugal, European Economic Community; International Economics; Economic History.

ÁREA INSCRITA: 2. HISTÓRIA ECONÔMICA E ECONOMIA BRASILEIRA

SUB-ÁREA: 2.2.2. HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL

SESSÕES DE COMUNICAÇÕES

¹ Este artigo faz parte do Projeto de Pesquisa “Crise e Território no Pensamento Econômico”, apoiado pelo CNPq.

² Economista, Mestranda em História Econômica pela Universidade de São Paulo, bolsista do CNPq.

³ Professor Adjunto da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo.

A ECONOMIA PORTUGUESA INSERIDA NA COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPÉIA (1996-2005)

O presente artigo busca apresentar um quadro geral da economia portuguesa após dez anos de inserção no Bloco Eurpoeu contemplando uma análise do segundo decênio da participação do país na Comunidade Econômica Europeia.

Primeiramente, faz-se uma descrição do quadro político do país com dois governos sucessivos chefiados pelo Partido Socialista, e os dois mandatos seguintes chefiados pelo Partido Social Democrata. Em seguida, busca-se apresentar a continuidade das medidas políticas e econômicas tomadas na década anterior, de forma a verificar as permanências e mudanças nos rumos tomados nas diferentes esferas da vida do país. Na terceira parte, estuda-se como Portugal se inseriu no quadro maior da CEE e qual sua representatividade em termos do papel que ocupa na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), após sua adesão ao bloco econômico integrado europeu. Por fim, realiza-se uma análise dos dados da economia portuguesa no período, que permite observar os impactos das políticas adotadas no país à época. O artigo se encerra com a apresentação de algumas considerações a respeito do exposto.

1. O AMBIENTE POLÍTICO PORTUGUÊS

Após dez anos na liderança do governo português, o Partido Social Democrata-PSD perdeu as eleições para o Partido Socialista-PS, com Jorge Sampaio eleito Presidente da República no pleito de janeiro de 1996. Tal constitui uma repetição dos resultados das eleições legislativas de outubro de 1995, na qual o PS também havia obtido vitória e indicado António Guterres para a pasta de Primeiro-Ministro, iniciando assim o XIII Governo Constitucional da República.

Ao término desse primeiro mandato, em 25 de Outubro de 1999, ocorreram novas eleições legislativas, as quais o PS venceu novamente. O XIV Governo Constitucional tomou posse a 25 de Outubro de 1999, com António Guterres assumindo um novo período à frente da pasta de Primeiro-Ministro. No Parlamento, o PS conquistara metade das cadeiras e havia uma maior facilidade de aprovação das medidas, do que no governo anterior.

O XIV Governo se encerraria em 6 de Abril de 2002, com o pedido de demissão de António Guterres, após perda de apoio popular – comprovada na derrota sofrida pelo PS nas eleições autárquicas de 2001 e a vitória do PSD, que retornaria a chefiar o governo.

Os três últimos anos do decênio (2002-2005) assistiram a dois governos chefiados pelo PSD: o primeiro, de 2002 a 2004, constituído pela aliança entre o PSD e o Partido Popular-PP, após as eleições de março de 2002. Neste, assumiu a pasta de Primeiro-Ministro, Durão Barroso, que terminou seu mandato a 17 de Julho de 2004, quando se demitiu para assumir o posto de Presidente da Comissão Europeia em Bruxelas.

O segundo governo do período seria chefiado por Santana Lopes, Vice-Presidente da Comissão Política Nacional do PSD e Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, indicado pelo presidente Jorge Sampaio em julho de 2004. Após um período conturbado de denúncias de corrupção, demissões em cargos do alto escalão do governo, quatro meses após ter assumido o cargo, Santana Lopes pediu demissão. A Assembleia da República foi dissolvida e novas eleições legislativas foram realizadas em 2005. Santana Lopes se candidatou pelo PSD, que obteve o pior índice de aprovação de sua história, com 29,61% de votos, dando a vitória ao PS. Este, pela primeira vez conseguiu alcançar a maioria absoluta no parlamento. Em 2005, José Sócrates assumiu a pasta de Primeiro-Ministro⁴.

1.1 Governos Guterres, 1995 a 2002

As eleições legislativas de 1995 refletiram um descontentamento da população com o último governo do PSD, com Cavaco Silva à frente do governo. Destaca-se, especialmente, as críticas feitas em relação à queda do desempenho econômico do país. Por outro lado, mesmo obtendo vitória, o PS obteve menos da metade das vagas da Assembleia, conseguindo nomear 112 dos 235 deputados no Parlamento. A 28 de outubro, o então presidente Mário Soares empossou António Guterres como Primeiro-Ministro.

Guterres era militante do PS desde 1974, tendo ocupado a posição de deputado em alguns mandatos. Como secretário-geral do partido após 1992, empenhou-se na oposição aos Governos de Cavaco Silva, além de ter ocupado a de vice-presidência da Internacional Socialista. Ganhara algum destaque no cenário internacional, que lhe viria a ser útil quando em 2001, já no segundo mandato, se demitiu do cargo de Primeiro-Ministro, passando a pasta

⁴ Conforme informações disponíveis em <http://www.portugal.gov.pt>, acesso em 10/08/2010.

a Durão Barroso do PSD. Isto após as eleições legislativas de Março de 2002. Guterres assumiu, então, um posto no Alto Comissariado para Auxílio aos Refugiados, na ONU.

Durante seu primeiro mandato (1995-1999) como Primeiro-Ministro, sem o apoio da maioria no parlamento, Guterres teve que recorrer a acordos pontuais com os partidos de oposição (principalmente o Centro Democrático Social-CDS) conseguindo, assim, os votos necessários à aprovação de suas moções, e plano orçamentário. Tal caracterizou o primeiro governo em que o Presidente da República e o Primeiro-Ministro pertenciam ao mesmo partido, embora sem apoio parlamentar majoritário, e que conseguira o governo completar o mandato inteiro desde o 25 de Abril de 1974⁵.

Em termos sociais, logo no início do primeiro mandato de Guterres foi criado o *Programa de Rendimento Mínimo Garantido*⁶ (RMG), em cumprimento à designação de rendimento social de inserção (RSI). Ela havia sido aprovada em 1992 na *Recomendação do Conselho do MCE*⁷. O RMG é um programa de inserção social que visa disponibilizar acesso de um mínimo de recursos básicos às famílias mais carentes, permitindo que satisfaçam suas necessidades básicas⁸. O Programa tem sido criticado por segmentos da população que o interpretaram como uma forma de manutenção da pobreza existente.

O processo de privatizações continuou e ganhou maior volume, conforme afirmam Costa *et al.*⁹:

Guterres continua a obra privatizadora de Cavaco Silva. Na indústria, vende a Gescartão e a Quimigal, a Companhia Nacional de Petroquímica, a Tabaqueira e a Fábrica de tabacos Micaelense, a Setenave e a Soporcel, a Companhia de Papel Pardo e a Cimpor. Mas é com a venda de partes dos monopólios que o governo do PS faz mais dinheiro: accionista privados entram na Petrolgal/Galp, na Brisa, na PT (23,7%) na EDP. No setor bancário, o governo conclui os processos de privatização que estavam em curso desde os governos de Cavaco Silva: o BPSM, nas mãos de Champalimaud, o Banco de Fomento e Exterior, comprado pelo BPI, e o Banco Comercial dos Açores, que passam para as mãos de Horácio Roque, do Banif. O Banco Totta segue um percurso sinuoso¹⁰ até ficar nas mãos do Santander.

⁵ Conforme informações de Almeida, Rui Lourenço Amaral. Portugal e a Europa, Ideias, Factos e Desafios, Lisboa: Sílabo, 2005. pp.319-333.

⁶ Lei n.19-A assinada a 29 de Julho de 1996.

⁷ Recomendação 92/441/EEC

⁸ Segundo informações de Pereirinha e Nunes, Política Social em Portugal e a Europa, 20 anos depois IN: Romão (org.). Antonio, A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão. Coimbra: Almedina, 2006. pp.313-314.

⁹ COSTA, Jorge *et alli*. *OS donos de Portugal, cem anos de poder econômico (1910-2010)*. Porto: Afrontamento, 2010. pp.276-277

¹⁰ Ainda segundo Costa et al. (2010, p. 294-295), a primeira tentativa feita de privatização do Banco Totta e Açores-BTA, no governo de Cavaco Silva em 1989, resultou no escândalo quando, em 1994 se verifica que o banco estava sendo controlado pelo grupo espanhol Santander. Como solução à época, Antônio Champalimaud,

O ano de 1996 se encerraria com uma receita advinda das privatizações no montante de 2.415,2 milhões de euros. O ano seguinte chega ao total de 4.324,6 milhões de euros. 1998 acumula 3.853,2 milhões de euros. Em 1999 corre uma queda e soma um total de 1.697,9 milhões de euros. O ano seguinte se recupera e a receita das privatizações sobe para 3.344,5 milhões de euros. Por fim, em 2001 o valor total fica em 555,6 milhões de euros¹¹.

Na sua relação com a União Europeia, António Guterres tomaria como sua principal bandeira a adesão à moeda única, e consequente entrega das políticas cambial, monetária e orçamental a uma autoridade supranacional centralizadora. Ela resolveria, a seu ver, a crise pela qual a economia do país passava. Porém, sua proposta de também centralizar o déficit dos Estados-Membros numa autoridade financeira supranacional que os financiaria, nunca foi aceita pelos demais membros da UE.

Outros destaques da sua gestão na relação com a União Europeia foram: (1) a negociação do Tratado de Amsterdam (1996-97) e do pacote financeiro da “Agenda 2000” (1997-99); (2) a obtenção do acesso à 3ª fase da União Económica e Monetária (1999); (3) a presidência portuguesa da UE (2000); e (4) a negociação do Tratado de Nice (2000), em que Portugal se destacou na liderança dos pequenos países membros, contra a proposta francesa de alteração de tratados já assinados. Visava a França modificar a ponderação dos votos e, assim, beneficiar Alemanha, França, Itália, Grã-Bretanha e também Espanha. Guterres conseguiu, com o apoio dos demais pequenos Estados-Membros, impedir a alteração, aprovando sua proposta. Nesta, Alemanha e Holanda passariam a responder fiscalmente por um Princípio de Diferenciação nas tarifas cobradas pelo uso da infraestrutura de transportes daqueles países o que tornaria os fretes rodoviários mais caros quando atravessassem seus territórios, já que estes possuíam uma estrutura mais sofisticada. Tal assunto voltaria a ser discutido em 2003 e Portugal não conseguiria fazer aprovar uma medida que lhe fosse benéfica.

refeito economicamente das nacionalizações pós-revolução dados os ganhos obtidos com seus negócios no Brasil, compra a parte espanhola do banco, sem comprovar as origens dos recursos para tal. Até meados de 1999, o controle do banco fica em suas mãos. A partir dessa data, Champalimaud assina o acordo da venda de 40% da sua holding financeira, Munfiac para Emilio Botin, presidente do Santander-Central Hispano. A holding controlava a Mundial Confiança, o Banco Totta e Açores, o banco Chemical, entre outros. Em troca, Antonio Champalimaud se torna o quinto maior acionista do Santander, com 1,6% do grupo a princípio, e depois passa a controlar 2,41%. Apesar dos protestos do governo português, a Comissão Europeia intervém e o processo se encerra como acordado entre Champalimaud e Botin.

¹¹ Idem p.277. Valores obtidos pelos autores da base de dados do Ministério das Finanças, em milhões de euros, a preços correntes.

A segunda presidência portuguesa da União Europeia, em 2000, teve como destaque a questão da ampliação do bloco com a entrada de novos países. Mas o tema central de discussões foi o emprego, e como os Estados-Membros poderiam aumentar a taxa de emprego através da geração de novos postos de trabalho. A proposta vencedora das discussões privilegiou o maior investimento na pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias, como forma de aumentar a competitividade europeia e, conseqüente, aumento de postos de trabalho. A expressão “ouro cinzento” usada como metáfora para o conhecimento, inteligência e criatividade foi muito utilizada na reunião de março de 2000, quando se aprovou a “estratégia de Lisboa”, ou seja, o compromisso dos diferentes chefes de Estado em criarem um Espaço Europeu de Pesquisa¹².

Nos dois governos socialistas de António Guterres, em termos de obras, destacam-se a construção de uma autoestrada de ligação do Norte ao Sul do país, a construção da barragem do Alqueva e a instalação de uma grande montadora de veículos – a Autoeuropa, da alemã Volkswagen – na cidade de Palmela, próxima à capital. Deu-se mediante um investimento de 485 milhões de euros do governo português. Outro destaque foi a feira internacional, EXPO 1998, que aconteceu em Lisboa¹³.

Vale citar a participação de Portugal em 2001 naquele que ficou conhecido como Conselho Europeu de Gotemburgo. Sua principal meta foi a normatização dos transportes na UE. Assim, foi oficializada a primeira etapa da criação do Mercado Comum de Transporte de Mercadorias. Entre outras conseqüências das determinações desse evento destacam-se o continuado investimento na construção de rodovias em Portugal que se em 1990, possuía 316 km em total de estradas, em 2005, já contava com mais de 2.000 km de rodovias em uso. Dados da base Eurostat mostram que, em 2000, 75% dos transportes de cargas feitos dentro da EU, foram realizados pelo transporte rodoviário. Entre 1990 e 2000, Áustria, Alemanha e França foram os países com maior crescimento no transporte de cargas via transporte rodoviário. Nesse período, o crescimento do uso dessa forma de transporte nos países da UE foi de 40%.¹⁴.

Em relação a Portugal, cerca de 78% do valor do comércio externo português, em 2005 era efetuado com outros países da União Europeia e 83% deste ocorria por via

¹² Conforme Almeida, Rui Lourenço Amaral de. Portugal e a Europa: ideias, factos e desafios. Lisboa:Edições Sílabo, 2005, pp.324-325.

¹³ De acordo com as informações de <http://www.diario-universal.com/2006/11/aconteceu>, acesso em 20/05/2010.

¹⁴ Segundo informações disponíveis no endereço <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcode=ttr00005&plugin=> acessado em 28/10/2010.

rodoviária. Em relação ao comércio com outros continentes, 68% do valor de bens comercializados se dava por via marítima. Dentro de Portugal, o meio mais utilizado para o transporte de cargas era o rodoviário com as cadeias de abastecimento centralizadas e controladas exclusivamente por operadores nas zonas metropolitanas de Lisboa e Porto.¹⁵

A rede ferroviária continuou sendo desativada, e Portugal avançou em tal direção a uma velocidade superior ao restante dos países do bloco, com 8,3% da sua malha ferroviária sendo desativada de 1995 a 2005, contra uma média de 6,1% da UE. A Espanha, pelo contrário, no mesmo período, desativou apenas 1% da sua rede ferroviária. A mesma Espanha que, em Gotemburgo, assumiu um compromisso de acelerar o seu processo de desativação da malha. Contra o uso do transporte ferroviário pesa o fato de que somente nos países pertencentes à União Europeia, existiam em 2005, 23 sistemas de controle e sinalização de velocidade que além de distintos, são incompatíveis exigindo a troca de locomotivas nas fronteiras. A Estratégia de Lisboa de 2000 estabeleceu como uma das prioridades, o uso de transportes menos poluentes e, portanto, em 2006, iniciou-se o investimento para a implantação de um sistema de controle unificado que se pretende que entre em operação até 2013¹⁶.

Adicionalmente, é importante salientar que a dependência portuguesa do petróleo só aumentou, terminando o ano de 2003 com 59% do consumo energético nacional baseado em combustíveis fósseis, contra 39%, em média, dos demais países da União Europeia.¹⁷

No plano de políticas externas, Guterres associou o seu nome à criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, em 1996, numa tentativa de recuperar a proximidade com as ex-colônias e aumentar sua esfera de influência econômica junto a elas. Houve uma maior aproximação econômica com o Brasil, com a ida de empresas portuguesas para o país; ganharam destaque também as negociações pela independência de Timor em 1999; e a devolução de Macau à China, nesse mesmo ano.

O XIV Governo se encerraria em 6 de Abril de 2002, com o pedido de demissão do Primeiro-Ministro, após perda de apoio popular – comprovado na derrota sofrida pelo PS nas eleições autárquicas de 2001. Havia acusações de ter inchado os quadros do funcionalismo

¹⁵ Conforme dados disponíveis no endereço http://europa.eu/scadplus/scad_pt.htm, acessados em 28/10/2010.

¹⁶ Segundo Carlos Cirino em artigo do Jornal Público de 28/05/2006, sob o título *Mercado único europeu dos comboios avança*, p.54

¹⁷ Conforme informações de Fonseca, Carlos Correia, Transportes e infraestrutura de transportes pp.254-262 IN: Romão (org.). Antonio, *A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão*. Coimbra: Almedina, 2006. pp.245-253.

público com nomeações políticas, além de críticas quanto à política externa adotada em relação a Timor-Leste.

Sobre a derrota nas eleições autárquicas, os jornais à época comentaram:

Os sociais-democratas conseguiram obter ontem uma vitória histórica e a hecatombe do PS levou o Primeiro-Ministro a anunciar a sua demissão. (...) António Guterres anunciou ontem que vai pedir ao Presidente da República a sua demissão do cargo de Primeiro-Ministro, para evitar que o país "caia num pântano político". A decisão foi comunicada ao país depois de uma reunião de emergência da direcção socialista, quando estava já adquirida que a derrota do PS nestas autárquicas assumia uma dimensão de hecatombe política. (...) A opção extrema de António Guterres foi tomada depois de ver o PS ser ultrapassado pelo PSD como o grande partido autárquico português, já quando era líquido que bastiões decisivos como Lisboa e Porto, importantes como Coimbra ou Faro e simbólicos como Sintra ou Setúbal tinham fugido das mãos do PS - e em todos os casos (à excepção de Setúbal, reconquistado pelo PCP) passado para a tutela do PSD.¹⁸

Uma das fontes de descontentamento, segundo a imprensa, surgiu em função das 5.597 nomeações de funcionários públicos, feitas entre outubro de 1995 e junho de 1999. Só para os gabinetes ministeriais, foram aprovadas por Guterres, 2.132 nomeações de novos funcionários, de acordo com os dados de julho de 1999, divulgados pela Secretaria de Estado da Administração Pública do governo português¹⁹.

Já sobre a política externa²⁰, questionava-se a atuação portuguesa no Conselho de Segurança da ONU, em relação a Timor-Leste, e ao alinhamento na OTAN com as políticas norte-americanas de expansionismo bélico após os ataques de 2001. Alguns jornais acusavam o Primeiro-Ministro de atender todas as demandas da UE, como havia feito seu predecessor e Guterres entregou o cargo novamente ao PSD. Durão Barroso assumiu a pasta de Primeiro-Ministro em 2002.

1.2 Governo de Durão Barroso, 2002 a 2004

Os três últimos anos do período estudado (2002-2005) assistiram a dois governos chefiados pelo PSD: o primeiro, de 2002 a 2004, constituído pela aliança entre o PSD e o Partido Popular-PP, após as eleições de março de 2002, em que assumiu a pasta de Primeiro-

¹⁸ Conforme artigo de SÁ LOPES, Ana. **Resultado Autárquico Força Demissão de Guterres**. Publicado no jornal O Público, disponível em <http://dossiers.publico.clix.pt/noticia.aspx?idCanal=590&id=106268>, acesso em 29/08/2010.

¹⁹ Segundo informações de <http://lusotopia.no.sapo.pt/indexPTGovernos.html>, acesso em 20/05/2010.

²⁰ Conforme http://www.rr.pt/informacao_detalhe.aspx?did=107250&fid=92, acesso em 20/05/2010.

Ministro, Durão Barroso. Este governo se encerrou a 17 de Julho de 2004, quando Durão Barroso se demitiu para assumir o posto de Presidente da Comissão Europeia em Bruxelas.

No seu período à frente do governo, destaca-se o fato de Barroso, em 2003, perante a OTAN, ter mostrado forte alinhamento com as políticas norte-americanas de “combate ao terror” enviando tropas para o Iraque em apoio claro às invasões a tais países em oposição à opinião pública que preferia um alinhamento com os países membros da União Europeia.

Outros eventos de destaque desse período foram a assinatura da nova Concordata com o Vaticano, em 2004 – onde Portugal acatou as diretrizes de Roma e reafirmou a sua obediência à Igreja Católica –, e a realização de um campeonato europeu de futebol, o EURO 2004, que ocorreu em algumas cidades do país nesse mesmo ano. Touxé algum crescimento no setor de construção e serviços ligados ao turismo que expandiu cerca de 13,19% em participação no PIB no período de 2000 a 2005²¹.

1.3 Governo Santana Lopes, 2004 a 2005

O segundo governo do período PSD seria chefiado por Santana Lopes, Vice-Presidente da Comissão Política Nacional do partido e Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, indicado pelo presidente Jorge Sampaio em julho de 2004. Após um período conturbado de denúncias de corrupção, demissões em cargos do alto escalão do governo, quatro meses após ter assumido o cargo, Santana Lopes pediu demissão (embora continuasse no cargo até a realização das próximas eleições. A Assembleia da República foi dissolvida e novas eleições legislativas foram realizadas em 2005. Santana Lopes se candidatou pelo PSD, que obteve o pior índice de aprovação, com se disse, com 29,61% dos votos válidos, dando a vitória ao PS. Este, pela primeira vez conseguiu alcançar a maioria absoluta no parlamento. Em 2005, José Sócrates assumiu a pasta de Primeiro-Ministro²².

A Europa pós-1995 havia mudado. Além de iniciar a revisão dos Tratados que levaria à crise da Constituição Europeia, passou a discutir os processos de adesão de novos países membros. Uma discussão que ficou conhecida como “Questão do Alargamento”. Nesse sentido, Portugal defendeu a entrada de novos países no bloco – a maioria, países do leste europeu. Adicionalmente, aumentava o ritmo da dificuldade dos membros da UE para manter

²¹ Dados da Tabela 5.

²² Conforme informações disponíveis em <http://www.portugal.gov.pt>, acesso em 10/08/2010.

as anteriores políticas de financiamento, levando a um piora na situação econômica portuguesa, conforme veremos no item 4. deste capítulo.

2. EFEITOS DOS AJUSTES DA POLÍTICA ECONÔMICA DO PERÍODO ANTERIOR

As políticas iniciadas no primeiro decênio de adesão ao bloco europeu foram continuadas. A seguir, descreve-se como os principais setores econômicos portugueses foram abordados em termos de medidas políticas. Destaca-se que tais políticas, na sua grande maioria, foram determinadas pelo conjunto de Estados-Membros da União Europeia. Portugal se limitou a seguir as diretrizes aprovadas.

A continuação da aplicação da Política Agrícola Comum-PAC, iniciada em 1992, levou a produção de produtos primários, paulatinamente, a um quadro de impossibilidade de concorrência com os preços dos produtos externos. Assim, o desmonte da estrutura anteriormente suportada pelo Estado fez com que, ao final de 2003, 76% das explorações agrícolas tivesse menos de 5 hectares, e a maior parte dos produtores em atividade, pertencesse a uma faixa etária de 65 anos de idade ou mais. Já a produtividade dos empreendimentos agrícolas, segundo Avillez²³, era de 50% daquela obtida nos empreendimentos semelhantes na Grécia, Holanda e Itália. Deste modo, encolheram as propriedades ativas, diminuiu a produtividade e a mão-de-obra ativa no campo havia envelhecido.

O setor da pesca, tradicional na economia portuguesa, sofreu uma queda de 50% em sua produtividade de 1996 a 2004. A pesca em águas nacionais, nesse período, diminuiu 13,47% em adição aos 20,58% que haviam sido perdidos no período de 1986 a 1995. Já a pesca em águas estrangeiras sofreu queda de 12,2 % entre 1996 e 2004. Isto, após a queda de 74,38% do período 1986 a 2004, tornaria a pesca portuguesa em águas internacionais inexpressiva se comparada aos anos 1960. Então representava 50% de todo o pescado do país. No início dos anos 2000, não somavam 20% das capturas efetuadas pelos navios pesqueiros do país em águas externas. Os 60 navios que o país mantinha em águas estrangeiras em 2005, pescavam nas costas de ex-colônias, como Moçambique e Guiné-Bissau; nas águas do Atlântico Norte – a famosa pesca do bacalhau –, e na costa da África ocidental. A pesca em

23 Avillez, Francisco, *A agricultura portuguesa: balanço de duas décadas de integração europeia* IN: Romão (org.). Antonio, *A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão*. Coimbra: Almedina, 2006. pp.135-166.

águas nacionais também sofreu perdas para atender as exigências da UE²⁴. Assim, se já havia uma queda de 20,58% na pesca em águas portuguesas de 1986 a 1995, o segundo decênio de Portugal integrado ao bloco europeu assistiria a mais uma queda de 13,47%, somando uma perda de 31,28% no período total²⁵.

A indústria portuguesa de beneficiamento do pescado teve que recorrer à importação de matéria prima para suprir seu funcionamento. Tanto o setor de salga e secagem do bacalhau quanto as indústrias de produção de conservas conseguiram, no entanto, crescer. O primeiro setor conseguiu um crescimento de 41 % entre 1995 e 2004. Já o segundo, cresceu apenas 12,07% no período. Destaca-se o surgimento da indústria de congelados que conseguiu despontar no país, crescendo 237,9%% nos nove anos observados. Porém, as tentativas de implantação de aquicultura, em conformidade aos planos europeus de preservação do pescado em mar livre, não resultaram em mais do que 4% do total de pescas do país de 1996 a 2004²⁶.

A frota portuguesa, nos vinte anos de adesão, sofreu uma diminuição drástica de seus números em resposta aos prêmios para abate de embarcações – bem como aos subsídios na área social para apoio aos pescadores que parassem com a atividade pesqueira. Prêmios e subsídios estes, fornecidos pela UE. Assim, de 1986 a 2005, foram empregados aproximadamente 262 milhões de euros para esse fim, e cerca de 1500 embarcações foram destruídas. No entanto, foram também fornecidos cerca de 200 milhões de euros adicionais para a construção de 740 navios novos e mais potentes para substituição às embarcações mais rústicas que dependiam de maior uso de mão-de-obra. A orientação geral da UE foi no sentido de redução de toda a frota pesqueira de seus membros. Tal frota, entre 1995 e 2005, sofreu queda de 14,4% no número de embarcações e 10,7% na capacidade de tonelage²⁷.

Portugal, após a adesão ao bloco econômico europeu, passou a integrar à sua pauta de importações, a compra crescente de pescado – peixe fresco, congelado e salgado, bem como

24 Segundo determinação de cotas, as chamadas TAC-Totais Admissíveis de Captura, determinados pelas comissões de Bruxelas. Os países podem negociar entre si as cotas de pesca mas o total estipulado não pode ser ultrapassado sob pena de pesadas multas.

25 Conforme Leal, Manuel Cardoso, As pescas portuguesas: balanço de 20 anos de integração europeia IN: Romão (org.). Antonio, *A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão*. Coimbra: Almedina, 2006. pp.171-173.

26 Idem p.179.

27 Idem pp.182-185.

crustáceos e moluscos – com um crescimento de 62,64% entre 1990 e 2004, contra um aumento de 20,76% de suas exportações de produtos da pesca no mesmo período²⁸.

O setor pesqueiro, no geral, sofreu queda de participação no PIB do país – a variação da participação das atividades extrativas, pesqueiras e de agropecuária no período de 1996 a 2005, em % do Valor Adicionado Bruto, atingiu os -16,84%, conforme se vê na tabela 5 – e perdeu o status de atividade tradicionalmente vital às populações costeiras.

No segundo decênio de Portugal na UE, a indústria portuguesa manteve o padrão de produção predominante de vestuário e calçados, além de madeira, cortiça, papel, peles e couros. Já o setor de máquinas passou a ter algum destaque em 2002 quando as suas exportações passaram a suplantam as de têxteis. O ano de 1996 teve como destaque a implantação da fábrica automotiva AutoEuropa, que, conforme citado no item 1.1., permitiu alterar o perfil da produção industrial do país ao criar uma significativa cadeia de fornecimento de auto-peças e componentes diversos para seu atendimento²⁹.

No setor terciário, destaca-se a continuidade do crescimento do setor bancário e financeiro, em geral, bem como das construções, seja na expansão imobiliária, seja na de infraestrutura de transportes.

Para Magriço³⁰, o período se caracterizou pela continuidade de concentração das instituições financeiras e o desaparecimento da maior parte das de menor porte, centralização esta obtida frequentemente por meio de fusões, aquisições e alianças. Se em 1987, o país somava 26 bancos, entre públicos e privados, em 2005, o número seria de 50. No entanto, o número de funcionários cairia de 58.500 em 1987, para menos de 53.000 em 2004, com destaque para o número de funcionários por agência que caiu de uma média de 39 em 1987, para menos de dez em 2004. Adicionalmente, o setor se tornou mais privado na medida em que no ano de 1987, os quatro maiores bancos do país eram públicos e apenas um deles permanece em 2004. Mesmo assim, em queda de participação no mercado – 26% em 1987 contra 19% em 2004.

28 Idem, p.180.

29 Segundo dados de Jacinto, Ana e Santos, Vítor, A indústria portuguesa: desindustrialização – progresso ou declínio? IN: Romão (org.). Antonio, *A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão*. Coimbra: Almedina, 2006. pp.191-201.

30 Magriço, O setor financeiro duas décadas depois IN: Romão (org.). Antonio, *A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão*. Coimbra: Almedina, 2006. pp.360-371.

Em termos de regulamentação do setor financeiro, Portugal nos vinte anos de integração conseguiu cumprir as determinações da UE e atendeu aos chamados “cinco pilares fundamentais” para o setor, permitindo³¹:

1. a liberdade de estabelecimento das instituições financeiras no país;
2. liberdade de prestação de serviços financeiros de todos os níveis;
3. o reconhecimento das regulamentações dos demais Estados-Membros;
4. a liberdade de circulação de capitais; e
5. a união econômica e monetária.

Sobre as políticas monetárias e cambiais, o período de 1992 a 1998 seria de convergência e preparação para a adesão à moeda única. Como tal, foi importante a revisão da Lei Orgânica do Banco de Portugal. Na área de câmbios, deu-se a integração ao Mecanismo de Taxas Comuns (MTC) a partir de 1992. No final do período, em maio de 1998, Portugal foi recompensado pelo esforço em cumprir as determinações do MCE e autorizado a integrar o grupo fundador do euro³².

O custo interno do processo de adesão ao euro foi a paralização do crescimento da base monetária; suspensão de novas emissões; a taxa de juros manteve uma tendência decrescente, com a taxa de redesconto atingindo 3% em 1999. Já os bancos comerciais congelaram suas taxas a 8%, permitindo a convergência sem maiores sobressaltos nas instituições financeiras do país³³.

A primeiro de janeiro de 1999, após noventa anos de uso do escudo, a moeda portuguesa seria substituída pelo euro e permitiria que o país integrasse o Eurossistema. O nome é dado à estrutura composta pelo Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC) e pelo Banco Central Europeu (BCE) que se tornou o responsável pela definição e execução da política monetária dos países-membros, pelas operações cambiais, a guarda e gestão das

31 Idem p.383

32 De acordo com António Mendonça e Manuel Farto. A política monetária nos últimos 20 anos. IN: Romão (org.). Antonio, *A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão*. Coimbra: Almedina, 2006. p.413.

33 Conforme Nunes, Ana Bela e Valério, Nuno. Moedas e Bancos. IN: Lains, Pedro e Ferreira da Silva, Álvaro. *História Econômica de Portugal*. Volume III. Lisboa: Imprensa da Ciência Sociais, 2005, pp.249-251.

reservas cambiais oficiais dos membros, além de gestora do sistema de pagamentos do sistema como um todo³⁴.

O objetivo primordial do BCE para esse primeiro período de nova moeda foi garantir a estabilidade do nível de preços e impedir que a nova moeda perdesse credibilidade frente a uma possível inflação. Para tanto foram traçadas duas estratégias ou “pilares” de atuação. A primeira delas foi estabelecer um aumento anual de 2% no Índice de Preços no Consumidor Harmonizado (IPCH), válido para toda a área do euro. A segunda estratégia foi a fixação de um valor de referência para o agregado monetário M3, em função da importância atribuída à moeda como uma âncora. Tal valor ficou fixado em 4,5% ao ano³⁵.

Em Portugal, após a adesão à moeda única, as taxas de inflação perseguiram o máximo de 2% fixado pelo BCE, com exceção de 2001 quando atingiu 2,4%, no entanto, foi observado desempenho semelhante em outros países da zona do euro com leve aumento da taxa inflacionária, acima da meta fixada pelo BCE³⁶.

De forma geral, a economia portuguesa estagnou no segundo decênio da adesão ao bloco econômico europeu, conforme se pode ver nas taxas de crescimento anual do PIB com valores cada vez menores, e inclusive uma taxa negativa no ano de 2003. Os dados completos estão na Tabela 3 do item 4. Eles colocam em dúvida a eficiência da continuidade das medidas adotadas, no sentido de convergência à União Europeia nos vinte anos estudados.

3. O LUGAR DA ECONOMIA PORTUGUESA NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Ao aderir ao Mercado Comum Europeu, Portugal optou por ocupar uma posição na Divisão Internacional do Trabalho que era distinta daquela que ocupava anteriormente. Então, seu foco estava voltado para o Atlântico e suas possessões no continente africano. Nos anos posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial, o país fez um esforço político no sentido de participar de instituições internacionais, como a OTAN e a Associação Europeia de Livre Comércio. Nessa época, o comércio externo se tornou o mecanismo de alavancagem para intentar o processo de industrialização do país, que iria perdurar até metade da década 1970.

34 Conforme os artigos 105, 106 e 107 do Tratado da União Europeia, disponível no endereço <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2006:321E:0001:0331:PT:pdf> acessado em 19/08/2010.

35 Conforme com António Mendonça e Manuel Farto. A política monetária nos últimos 20 anos. IN: Romão (org.). Antonio, *A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão*. Coimbra: Almedina, 2006. p.421.

36 Idem, pp.430-434

Assim, a indústria portuguesa se constituiu com vistas a atender o mercado externo e não o interno³⁷.

Entre o período da Revolução de Abril de 1974 e a adesão à CEE, o norte das relações econômicas portuguesas permaneceu condicionado pela sua participação no mercado externo. Nesse período, destaca-se o efeito da recessão internacional, causada pelas crises do petróleo que foi especialmente prejudicial a Portugal, dada sua dependência total de importações de combustíveis fósseis. Como efeito direto, os termos-de-troca se deterioraram e o Balanço de Pagamentos do país teve seu desempenho prejudicado. Adicionalmente, a queda na remessas de divisas dos emigrantes portugueses piorou ainda mais a situação. Há ainda que destacar os efeitos do processo de retirada portuguesa das ex-colônias africanas. Tal levou a uma queda acentuada da participação dos países de língua portuguesa (PALOP) na Balança Comercial do país. Se no começo dos anos 1970, o peso das exportações portuguesas era de 25% com destino a tais países, em 1985, o peso se reduzira a apenas 4%. Tais exportações se reorientaram no sentido de abastecer os países da UE-15 através de acordos estabelecidos após a Revolução de 1974. De igual modo, as importações para com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) caíram de 14% em 1970, para 1% em 1985³⁸.

Tabela 1: Evolução de origens e destinos do comércio externo português, anos selecionados, em porcentagem do volume total negociado.

Países	Importações		Exportações	
	1985	2005	1985	2005
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
UE-15	35,57	77,39	36,27	79,97
Espanha	5,37	29,99	2,22	25,50
França	5,93	9,33	6,73	13,81
Alemanha	8,58	14,19	7,26	13,37
Reino Unido	5,49	4,60	7,67	9,48
Itália	3,76	6,02	2,08	4,33
Holanda	2,31	4,62	3,64	4,04
Bélgica	1,56	2,89	1,88	4,20
EUA	3,93	2,31	4,83	5,91
China	0,28	1,00	0,22	0,34
Japão	2,68	1,42	1,02	0,31
PALOP	0,43	0,09	3,40	3,07
Demais países	57,11	17,79	54,26	10,40

³⁷ De acordo com Afonso, Óscar e Aguiar, Álvaro em A internacionalização da economia IN: Lains, Pedro e Ferreira da Silva, Álvaro. *História Econômica de Portugal*. Volume III. Lisboa: Imprensa da Ciência Sociais, 2005, pp.305-307.

³⁸ Dados informados por Dias, João em O comércio externo português e a integração europeia: alterações estruturais, conteúdo tecnológico e competitividade IN: Romão (org.). Antonio, *A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão*. Coimbra: Almedina, 2006. pp.519-521

Fonte: Base de dados da EUROSTAT, disponíveis em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/themes> acesso em 21/12/2009.

A mudança estava pois em andamento, de país voltado para o Atlântico, Portugal se voltava para o continente europeu agora. Os dados do comércio exterior comprovam a mudança. Após a adesão à CEE em 1986, o desempenho da economia portuguesa passou a ser afetado pelo seu relacionamento com o mercado do continente europeu, em destaque, com a vizinha Espanha que se tornaria seu principal parceiro comercial dentro da comunidade. Os anos após a entrada no bloco europeu registraram alterações importantes na estrutura global do comércio externo do país. Os efeitos da integração europeia para Portugal nesta área podem ser vistos na Tabela 1 onde se observa a evolução das origens e destinos do comércio externo português em 1985 e 2005.

Como se pode notar, as relações comerciais com a Espanha aumentaram cerca de 5 vezes o peso no total das transações, tanto em termos de exportações – passando de 5,35% em 1985 para 29,99% em 2005 – quanto de importações – que cresceram de um peso de 36,27% em 1985 para 79,97% em 2005. Merece destaque, também, a diminuição do peso das transações comerciais com o Reino Unido, tradicional parceiro de Portugal desde o século XVIII. Este, no entanto, perdeu seu papel de fornecedor de produtos de maior valor agregado para Portugal e passou a comprar produtos portugueses em maior quantidade. Assim, as importações portuguesas de produtos ingleses passou de 5,49% para 4,60% nos vinte anos estudados. Já as exportações portuguesas em direção ao Reino Unido aumentaram de 7,67% do total exportado para 9,48% no mesmo período.

As relações com os países da UE-15, no total, cresceram em mais do dobro – de 35,57% em 1985 das importações, para 77,39% em 2005, e de 36,27% em 1985 para 79,97% em 2005 no que toca às exportações.

A queda do peso dos demais países do mundo na balança comercial portuguesa também chama a atenção na medida em que Portugal cortou pela metade suas importações e diminuiu para um quinto o peso das exportações para esses países. Assim, de 57,11 % de peso em 1985, as importações portuguesas passaram para 17,79% em 2005; e as exportações se reduziram de 54,26% em 1985, para 10,40% em 2005. Tais dados permitem que se observe um aumento na dependência portuguesa em relação à UE e um descolamento dos mercados externos a tal bloco.

Antônio Romão³⁹ destaca que após a adesão à CEE, os setores mais tradicionais portugueses como madeira, cortiça, têxteis, papel, vestuário e calçados perderam peso nas exportações do país, passando de 49% do total exportado em 1985, para menos de 30% em 2005. Uma perda de 20 pontos percentuais em 20 anos. Já o setor de máquinas e equipamentos de transporte subiu de 15% do total exportado em 1985 para 34% em 2005. Uma alteração qualitativa que mostra a perda de importância das indústrias tradicionais portuguesas. Outros setores que obtiveram maior colocação no setor externo foram os produtos químicos, minérios e metais. Tais dados podem ser observados na Tabela 2 a seguir.

Tabela 2: Evolução das importações e exportações portuguesas para a UE-15 por grupos de produtos, anos selecionados, em porcentagem do total.

Produtos	Importações		Exportações	
	1985	2005	1985	2005
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Agro-alimentares	15,22	12,30	9,73	7,60
Energia	25,93	11,00	4,45	2,90
Químicos	11,98	13,90	7,77	9,10
Madeira, cortiça e papel	4,39	5,00	13,62	9,50
Pele, couro e têxteis	8,95	7,40	12,42	5,60
Vestuário e calçados	nc	nc	23,35	14,10
Minérios e metais	8,43	10,30	7,04	11,60
Máquinas	14,91	20,90	11,86	19,00
Material de transportes	6,97	14,00	3,83	15,40
Produtos acabados diversos	3,22	5,20	5,93	5,20

Fonte: Base de dados da EUROSTAT, disponíveis em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/themes> acesso em 21/12/2009.

Em relação às importações, observa-se um aumento no peso das máquinas, materiais de transportes e produtos acabados diversos. Adicionalmente, Romão⁴⁰ destaca três aspectos relevantes na pauta de importações do país nos vinte anos de adesão: (1) – a dependência alimentar e energética se manteve; (2) – a manutenção dos patamares de dependência dos produtos industrializados aumentou; e (3) – o crescimento da dependência de máquinas e material de transporte passou de 22% para 35% nas duas décadas.

Já o que tange às exportações, destaca-se a queda em quase todos os setores, à exceção de minérios, produtos químicos, materiais de transporte e máquinas em geral. Tais resultados devem-se principalmente à exploração desses setores por consórcios multinacionais, como o já citado caso da montadora de veículos Autoeuropa.

³⁹ Romão Antonio, *A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão*. Coimbra: Almedina, 2006. p.35.

⁴⁰ Idem, p.35.

Outra importante área das relações externas portuguesas são seus fluxos migratórios. O país é fornecedor tradicional de mão-de-obra para diversas áreas do globo. Os capitais remetidos pelos emigrantes de volta a Portugal tiveram destaque na história econômica portuguesa, por representarem importantes fluxos de entrada de recursos para o país. Como exemplo, pode-se citar que de 1960 a 1974, os emigrados portugueses remetiam ao país 12% do PIB. Se durante as primeiras seis décadas do século XX, Portugal forneceu mão-de-obra para suas ex-colônias na África e América do Sul, após 1965, o fluxo migratório começa a se deslocar para países da Europa, com destaque para a França – representando 62% dos emigrantes – e Alemanha – com um peso de 13% do total de emigrados no período de 1965-1975⁴¹.

Após 1975 e durante toda a década de 1980, Portugal passou por dois processos simultâneos: o primeiro refere-se ao retorno de muitos emigrantes – nem tanto das ex-colônias, um episódio pontual e de curta duração (1974 a 1976) que provocou a vinda de menos de 500 mil imigrantes para Portugal – mas de outros países que sempre representaram um destino tradicional dos emigrantes portugueses, seja nas Américas, Ásia, mas principalmente da própria Europa. Assim, retornaram ao país mais de um milhão de portugueses que saíram de países europeus, após incentivos dos governos de tais países que buscavam reduzir os números de trabalhadores estrangeiros em seus territórios. O segundo fenômeno de destaque no período foi a queda de saídas da população, que parou de ver o estrangeiro como única possibilidade de crescimento⁴².

Após 1985, os portugueses voltaram a emigrar a uma média de 25 mil saídas anuais. Contudo, a partir da adesão ao MCE, com a abolição da necessidade de uso de passaporte, fica difícil precisar os destinos dentro da Europa para aonde os portugueses se dirigiram em busca de emprego e melhores condições de vida. O período também observou uma inversão do fluxo migratório português, na medida em que aumentou sobremaneira a entrada de imigrantes vindos das ex-colônias – com destaque para o Brasil – e de outros países do globo, tornando Portugal uma porta de entrada para o acesso ao MCE.

No Gráfico 1, pode-se observar o fluxo de emigração e imigração legalizadas ocorridos nos anos após a adesão portuguesa à Comunidade Europeia. Destaca-se o aumento de imigração que no início do período totalizou cerca de 82 mil imigrantes legalizados. Em

⁴¹ De acordo com dados de Veiga, Teresa Rodrigues. A transição demográfica IN: : Lains, Pedro e Ferreira da Silva, Álvaro. *História Econômica de Portugal*. Volume III. Lisboa: Imprensa da Ciência Sociais, 2005, p.59.

⁴² Idem, p.60

2004, assistiu à entrada de 265 mil indivíduos que buscaram Portugal para se estabelecerem, ou para dali emigrarem para outros destinos dentro da Europa.

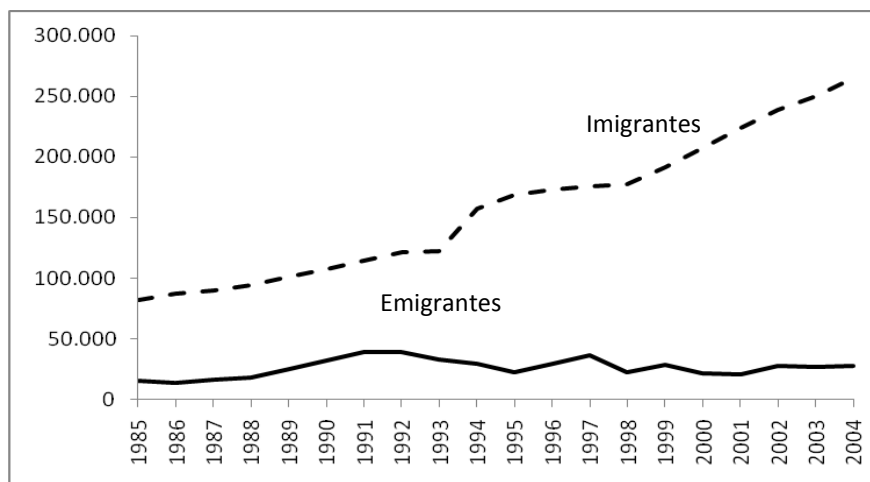


Gráfico 1: Emigração e Imigração em Portugal de 1985 a 2004, em total de indivíduos.

Fonte: Dados originais obtidos da Base de Dados INE, Portugal, 2008, Anuário Estatístico de Portugal 2007, disponível em <http://www.ine.pt>, acesso em 18/04/2010.

O saldo positivo para o fluxo migratório em Portugal, no entanto, é vital para o país, pois sua população envelhece a um ritmo superior à UE-15. Há necessidade de aumento da população em atividade, até mesmo para garantir os programas sociais e de aposentadoria. Assim, a entrada de imigrantes em Portugal supriria, em tese, tais necessidades. É evidente que as condições de entrada e inserção do fluxo migratório positivo seriam variáveis altamente relevantes no processo. Deste modo, seria necessário, para aceitar-se o que os dados primários parecem sugerir, conhecer as seguintes características: (a) condição de entrada dos imigrantes; (b) inserção dos imigrantes nas redes de proteção e seguridade social; (c) evolução da massa salarial média dos imigrantes; e (d) distribuição de renda por classe, destino e função exercida pelo imigrante no país. Apenas com um nível maior de desagregação nas informações seria possível corroborar, ou não, a realidade da tese proposta.

A inserção de Portugal na Divisão Internacional do Trabalho, a partir de sua entrada na União Europeia, se dá, dessa forma, seguindo uma série de prerrogativas que a transformam em um processo de incorporação e esterilização de uma economia considerada marginal, do lado da oferta de produtos, e da restrição do mercado doméstico português à oferta da União Europeia, do lado da demanda; o que, em conjunto, causa uma série de desequilíbrios na estrutura da economia lusitana, conduzindo-a a uma situação progressivamente deficitária e dependente para com a UE.

Em primeiro lugar, deve-se compreender o processo de incorporação de Portugal à UE como dado dentro do conjunto da Península Ibérica. Ou seja, juntamente com a Espanha. Portugal tem sua economia compreendida pelo restante da UE, ora como um competidor a ser superado ou eliminado (caso da pesca e da produção agrícola e primária em geral, que sofreram restrições não apenas de preço, mas físicas); ora não como um parceiro ofertante de mercadorias que aumentariam uma suposta “eficiência” do Mercado Comum. Nesse sentido, entre indesejada e irrelevante, a participação portuguesa na oferta agregada total da UE pode ser considerada *marginal*.

Descartada a importância da oferta portuguesa de produtos à UE, resta a demanda como componente motivador da entrada destes na comunidade. Eliminado o contato português – e o acesso a novos mercados – com o exterior, o país tornou-se um ávido consumidor dos produtos ofertados pelo restante da UE. O resultado se mostra evidente na balança comercial e nos crescentes déficits causados pelo aumento das importações em desproporção clara às exportações. Os desequilíbrios gerados por tais déficits no nível de preços relativos, nas contas públicas, na taxa de juros doméstica e no grau de endividamento do país com o restante da comunidade, conforme se constata no item 3,4 do presente capítulo. Eles parecem transformar Portugal em um problema gestado para o futuro do bloco, uma caricatura pálida das colônias dos tempos de além-mar. Com uma oferta subvalorizada e uma demanda supervalorizada de seu comércio externo, Portugal ver-se-ia, paradoxalmente, com sua entrada na UE, reproduzindo as condições esquemáticas do *pacto colonial*, ao qual ele mesmo havia submetido diversos outros territórios ao longo de sua história?

3. ANÁLISE DO AMBIENTE ECONÔMICO: 1996 – 2005

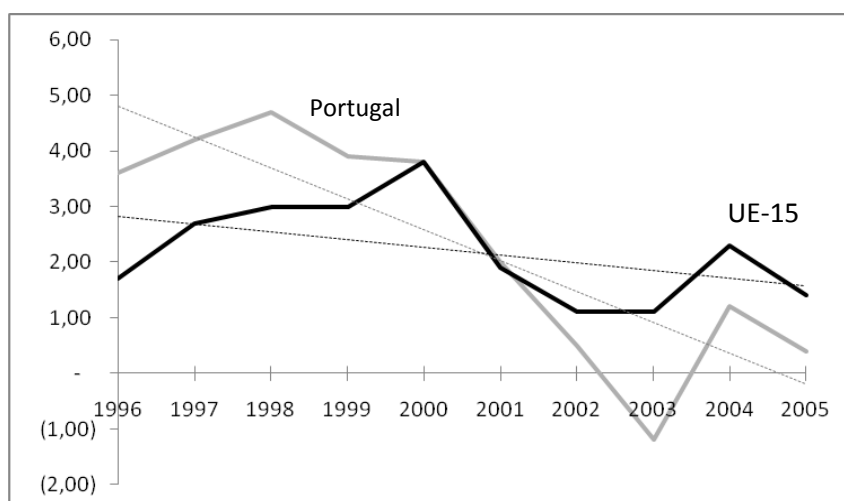
Conforme exposto na Tabela 3 da segunda metade dos anos 1990 em diante, a economia portuguesa sofreu uma desaceleração da evolução de seu produto, reduzindo sua taxa de crescimento de 4,7% em 1998 para 2% em 2001. Tal movimento acompanha o patamar da UE-15, com uma diferença: este grupo de países apresenta uma alta desde 1996, enquanto Portugal refreia sua tendência ascendente em 1999 e 2000. No início do século XXI, nota-se uma crise no crescimento econômico geral da UE, que afetou Portugal de maneira mais intensa. Isto contribuiu para que em 2003, chegasse a ocorrer uma depressão de 1,2%.

Tabela 3: Evolução do PIB de Portugal e UE-15 entre 1996 e 2005 (em milhões de euros).

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Ano	PIB a preços correntes Portugal	Variação real PIB pm %	PIB a preços Correntes UE-15	Variação real do PIB pm %
1996	93.200	3,60	7.027.000	1,70
1997	99.400	4,20	7.394.000	2,70
1998	106.300	4,70	7.736.000	3,00
1999	114.500	3,90	8.131.000	3,00
2000	122.300	3,80	8.682.000	3,80
2001	129.100	2,00	8.995.000	1,90
2002	135.000	0,50	9.316.000	1,10
2003	137.000	-1,20	9.460.000	1,10
2004	142.400	1,20	9.890.000	2,30
2005	145.900	0,40	10.196.000	1,40

Fonte: Base de dados da EUROSTAT, disponíveis em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/themes> acesso em 21/12/2009.

Ainda analisando a evolução do PIB português, o Gráfico 2 sugere que, frente aos demais membros da UE-15, Portugal apresentou um comportamento mais volátil em relação aos extremos. Houve crescimento maior em alguns anos e queda do ritmo de crescimento mais acentuada em outros, mas nada característico de comportamento distinto da flutuação regular de uma economia comum. Uma tendência linear quase paralela ao eixo, apresentada pelos países do UE-15, foi acompanhada de uma curva notadamente descendente no caso português.

**Gráfico 2: Evolução real do PIB pm de Portugal e UE-15, de 1996 a 2005 (em mil euros).**

Fonte: Base de dados da EUROSTAT, disponíveis em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/themes> acesso em 21/12/2009.

Entre 1996 e 2005, ocorreram mudanças na composição do produto em Portugal. As atividades do setor primário, concentradas no Grupo 1 da Tabela 4 e do Gráfico 2, observaram uma queda de 5,56 % em 1996 para 2,79% do Valor Adicionado Bruto em 2005. Conforme se apresentou no item 2, a Política Agrícola Comum - PAC e as políticas de prêmio ao abate de embarcações e incentivo à diminuição da atividade pesqueira explicam a ocorrência de tais quedas. Houve uma retração absoluta, nesse setor, de 16,84% no período analisado conforme consta na Tabela 5. De igual modo, o setor da indústria e energia – Grupo 2 – apresentou queda de participação na economia, passando de 22,40% para 17,98% do Valor Adicionado Bruto no período.

Tabela 4: Origem setorial do produto em Portugal entre 1996 e 2005 (em porcentagem do Valor Adicionado Bruto – VAB)

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
Setor / Ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
GRUPO 1	5,54	4,64	4,30	3,99	3,78	3,60	3,32	3,25	3,17	2,79
GRUPO 2	22,40	22,04	21,55	21,08	19,97	19,52	19,19	18,77	18,32	17,98
GRUPO 3	6,47	7,04	7,29	7,31	7,60	7,75	7,60	7,06	7,07	6,88
GRUPO 4	23,87	24,15	24,14	23,95	24,07	24,47	24,45	24,26	24,59	24,76
GRUPO 5	19,27	19,67	20,00	20,52	20,59	20,49	20,46	21,05	20,95	20,96
GRUPO 6	22,46	22,46	22,72	23,14	23,98	24,18	24,98	25,62	25,91	26,64

Fonte: Dados originais obtidos da Base de Dados INE, Portugal, 2008, Anuário Estatístico de Portugal 2007, disponível em <http://www.ine.pt>, acesso em 18/04/2010. (*) cálculo efetuado pelos autores. Sendo: GRUPO 1 - Agricultura, caça e silvicultura; pesca e aquicultura; GRUPO 2 – Indústria e energia; GRUPO 3 – Construção; GRUPO 4 - Comércio e reparação de veículos e de bens de uso pessoal e doméstico; alojamento e restaurantes; transportes e comunicações; GRUPO 5 - Atividades financeiras, imobiliárias, aluguéis de imóveis e serviços prestados às empresas; e GRUPO 6 - Outras atividades de serviços.

Em contrapartida, o setor terciário – que engloba os grupos 3, 4 e 5, correspondentes às atividades da área da construção, comércio e manutenção de veículos e de bens de uso pessoal e doméstico; alojamento e restaurantes; transportes e comunicações, e de serviços diversos – manteve um ritmo de leve crescimento no período. Destaca-se a variação de participação do setor de serviços diversos (Grupo 6) que passou de uma participação de 22,46% do VAB em 1996, para 26,64% em 2005, comprovando o crescimento maior deste setor na economia portuguesa, no entanto sem atingir os índices observados no primeiro decênio de participação no bloco onde a participação do mesmo setor passou de 18,24% em 1985 para 26,33% em 2005.

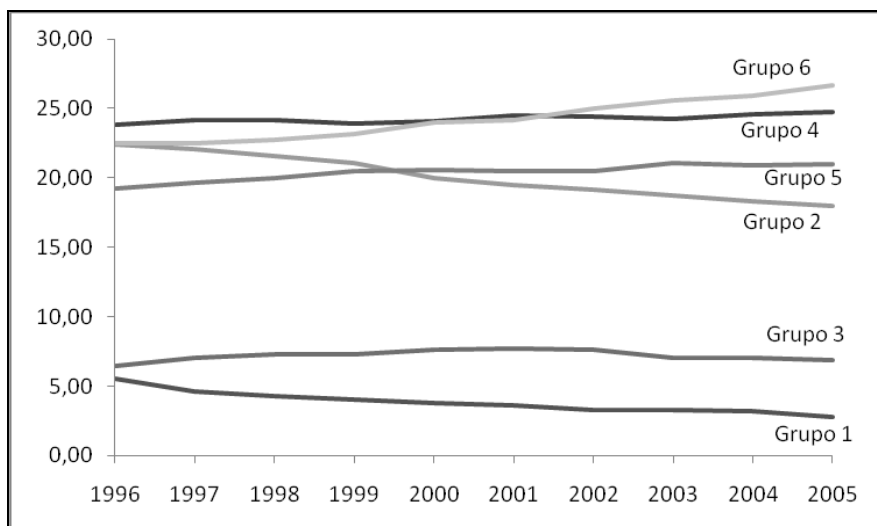


Gráfico 3 : Origem setorial do produto em Portugal entre 1996 e 2005 (em percentagem do Valor Adicionado Bruto – VAB).

Fonte: Dados originais obtidos da Base de Dados INE, Portugal, 2008, Anuário Estatístico de Portugal 2007, disponível em <http://www.ine.pt>, acesso em 18/04/2010. (*) cálculo efetuado pelos autores. Sendo: GRUPO 1 - Agricultura, caça e silvicultura; pesca e aquicultura; GRUPO 2 – Indústria e energia; GRUPO 3 – Construção; GRUPO 4 - Comércio e reparação de veículos e de bens de uso pessoal e doméstico; alojamento e restaurantes; transportes e comunicações; GRUPO 5 - Atividades financeiras, imobiliárias, aluguéis de imóveis e serviços prestados às empresas; e GRUPO 6 - Outras atividades de serviços.

Seguindo a tendência observada nos dez primeiros anos de adesão de Portugal ao MCE, o setor terciário em geral, e os setores ligados às atividades financeiras, imóveis e prestação de serviços diversos, em particular, continuou a apresentar uma trajetória ascendente de participação na economia portuguesa. Cresceu no período analisado, 65,48% para o setor de comércio e serviços em geral; 80,76% de crescimento para a área financeira e de imóveis; e 93,80% para os demais serviços, conforme se observa na Tabela 5 a seguir.

Tabela 5: Variação setorial do produto em Portugal entre 1996 e 2005 (*)

(1)	(2)	(3)	(4)
	1996 a 2000	2001 a 2005	1996 a 2005
<i>Valor Adicionado Bruto</i>	34,68	13,78	62,26
Agricultura, caça e silvicultura; pesca e aquicultura	-8,06	-10,22	-16,84
Indústria, incluindo energia	20,09	3,07	28,07
Construção	58,29	0,56	71,81
Comércio e reparação de veículos automóveis e de bens; turismo; transportes e comunicações	35,85	13,19	65,48
Atividades financeiras, imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	43,92	19,22	80,76
Outras atividades de serviços	43,79	26,22	93,80

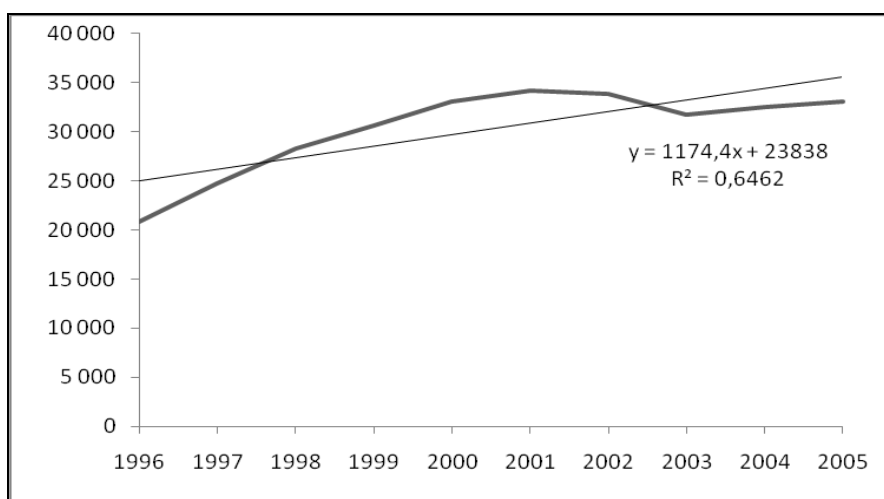
Fonte: Dados originais obtidos da Base de Dados INE, Portugal, 2008, Anuário Estatístico de Portugal 2007, disponível em <http://www.ine.pt>, acesso em 18/04/2010. (*) cálculo efetuado pelos autores.

Para Ana Jacinto e Vitor Santos⁴³ as tendências expostas mostram o processo de desindustrialização da economia portuguesa.

Ao se realizar uma regressão linear⁴⁴ tomando como variável dependente o nível de renda, e como variável independente, o nível de investimento, notou-se uma relação estreita da Formação Bruta de Capital Fixo com o crescimento do produto português, para o período entre 1996 e 2005. Tal relação chega a ser linear direta.

A tendência histórica do investimento⁴⁵, por sua vez, obedece a regularidade da taxa média de 25% do PIB, gerando um efeito multiplicador próximo de 4.

A análise da Formação Bruta do Capital Fixo, como se pode acompanhar pelo Gráfico 4, manteve tendência de crescimento em valores absolutos, com um aumento mais pronunciado entre os anos do meio da série e passando a diminuir o ritmo de crescimento após 2003, quando ele se conteve. O ano de 2003 foi marcado por crise de investimentos na UE que se refletiu nos dados observados.



43 Jacinto, Ana e Santos, Vítor, A indústria portuguesa: desindustrialização – progresso ou declínio? IN: Romão (org.). Antonio, A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão. Coimbra: Almedina, 2006. pp.191-201.

44 Dados da regressão: $Y = aX$, em que

Y = PIB em milhões de euros

X = Portugal, Formação Bruta de Capital Fixo, em milhões de euros.

$a = 4,110617$

$R^2 = 99,4186\%$

F estatístico = 1497,5

Valor p de $a = 3,63E-12$ com 11 observações (1996 a 2006).

45 Dados da regressão: $Y = aX$, em que

Y = Portugal, Formação Bruta de Capital Fixo, em milhões de euros.

X = tempo em anos (1996 a 2006)

$a = 4218,0113$

$R^2 = 85,80131\%$

F estatístico = 60,42905

Valor p de $a = 1,51E-05$ com 11 observações (1996 a 2006).

Gráfico 4: Portugal, Formação Bruta de Capital Fixo e tendência temporal linear, 1996 – 2005, em milhões de Euros

Fonte: Base de dados da EUROSTAT, disponíveis em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/themes> acesso em 21/12/2009. Cálculos efetuados pelos autores.

Para se calcular a sensibilidade do Produto em relação a variações da Formação Bruta de Capital Fixo, estimou-se a seguinte equação:

$$(I) \quad Y = a^X$$

em que:

Y = Produto Interno Bruto português, 1996 – 2005, em milhões de euros

X= Formação bruta de capital fixo português, 1996 – 2005, em milhões de euros.

a = 1,135506 (valor P = 9,60271E-21)

R-Quadrado Ajustado = 0,888841

F-estatístico = 187105,7

N = 10 observações

O coeficiente “a” da equação denota uma elasticidade de 1,135506 do PIB para variações unitárias da Formação Bruta de Capital Fixo para a economia portuguesa, entre 1996 e 2005.

Ao se analisar a evolução da composição setorial da Formação Bruta de Capital Fixo para o período no Gráfico 5, percebe-se uma tendência de estagnação nas atividades do setor primário, as relacionadas com a área de transportes e o investimento em máquinas e equipamentos. No entanto, os setores relacionados aos transportes apresentaram queda na Formação Bruta de Capital Fixo, enquanto as atividades do Grupo E, relacionadas ao investimento em outros produtos, apresentaram tendência ao crescimento.

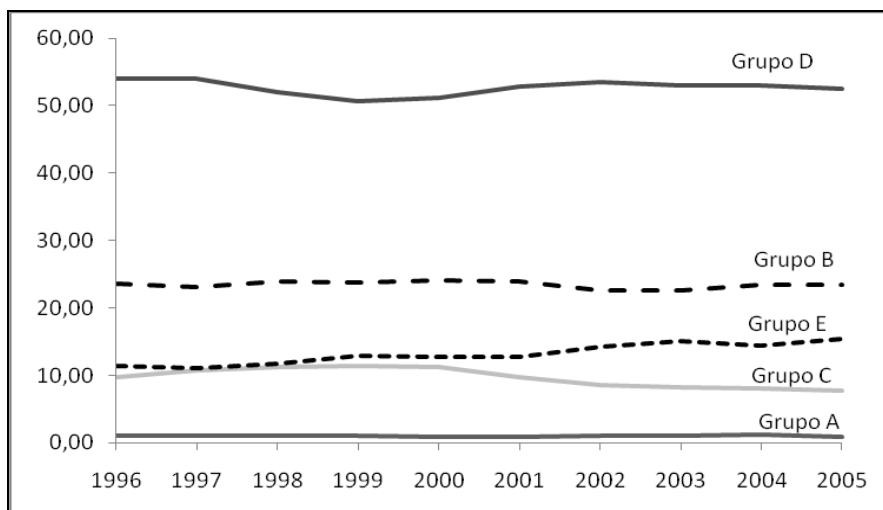


Gráfico 5: Composição da Formação Bruta de Capital Fixo em Portugal, entre 1996 e 2005, em % do PIB (*).

Fonte: Dados originais obtidos da Base de Dados INE, Portugal, 2008, Anuário Estatístico de Portugal 2007, disponível em <http://www.ine.pt>, acesso em 18/04/2010. (*) cálculo efetuado pelos autores. Grupo A - Produtos da agricultura, da silvicultura, da pesca e da aquicultura; Grupo B – Equipamentos; Grupo C - Material de Transporte; Grupo D – Construção; e Grupo E - Outros produtos.

A evolução do consumo privado apresentado na Tabela 6 permite concluir que não houve alterações significativas no período, ou seja, o padrão de consumo não mudou no segundo decênio de Portugal na UE. As alterações que ocorreram no primeiro decênio (1986 a 1995) vistas no capítulo 2, já foram suficientes para traçar aquele que seria um padrão permanente para a população portuguesa, com uma opção pela aquisição de bens não duráveis.

Ainda em relação à Tabela 6, destaca-se um acréscimo no consumo de serviços, que no início da série, 1996, apresentava um peso 34,60% do PIB e, ao término do período estudado, passou a equivaler a 37,36%. Dentre os serviços consumidos, o de maior peso está relacionado às atividades de lazer, cultura e educação, apesar de sua composição na cesta de consumo quase não variar ao longo do decênio.

Tabela 6: Consumo Privado em Portugal entre 1996 e 2005, em percentagem do PIB (*)

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Bens não duráveis	43,70	42,89	42,40	41,70	40,74	41,36	41,68	42,55	41,85	41,38
Alimentos, bebidas e tabaco	21,86	21,13	21,14	20,84	20,17	20,65	20,52	20,99	20,45	19,88
Vestuário e calçado	8,34	8,31	8,24	7,90	7,73	7,74	7,87	7,59	7,32	7,15
Habituação e despesas de energia e água	13,49	13,45	13,02	12,96	12,84	12,97	13,29	13,96	14,08	14,35
Bens duráveis	21,70	22,11	22,58	23,35	23,53	22,27	21,62	20,75	20,92	21,25
Automóveis e veículos	14,42	14,71	15,03	15,85	16,02	15,01	14,36	13,60	13,99	14,36
Móveis, equipamentos e outros	7,28	7,40	7,55	7,50	7,51	7,26	7,27	7,15	6,94	6,89
Serviços	34,60	35,00	35,02	34,95	35,73	36,38	36,70	36,70	37,23	37,36
Saúde	4,73	4,79	4,50	4,66	4,75	4,82	4,88	5,35	5,47	5,58
Comunicações	2,05	2,23	2,21	2,39	2,53	2,92	2,94	2,94	2,96	2,86
Lazer, cultura e educação	17,47	17,67	17,86	17,70	18,04	18,08	18,27	18,02	18,30	18,43
Outros serviços	10,34	10,31	10,45	10,19	10,41	10,56	10,60	10,39	10,50	10,49
Consumo privado total em % PIB(*)	63,2	62,4	61,6	61,9	61,9	61,3	61,1	61,4	62,1	62,8

Fonte: Base de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE). Anuário Estatístico de 2007, disponível em <http://www.ine.pt> acesso em 20/10/2009. (*) cálculo efetuado pelos autores.

Tabela 7: Comércio Externo de Portugal entre 1996 e 2005.

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
	Exportações (milhares de euros)	Exportações (em % do PIB) (*)	Importações (milhares de euros)	Importações (em % do PIB) (*)	Saldo da Balança Comercial (2)-(4)	Termos de Troca (*) (2)/(4)	Termos nominais de compra (*) 2000=1,0	Poder de Compra das Exportações (*) (2)x(8)
1996	18.933,7	28,2%	27.070,4	35,1%	(8.137)	69,9%	0,72	13.589,89
1997	20.924,8	28,6%	30.624,7	36,6%	(9.700)	68,3%	0,79	16.598,45
1998	22.251,6	29,0%	34.490,8	37,9%	(12.239)	64,5%	0,84	18.770,14
1999	23.025,9	27,9%	37.505,7	38,1%	(14.480)	61,4%	0,87	20.099,17
2000	26.378,8	29,8%	43.257,2	40,6%	(16.878)	61,0%	1,00	26.378,80
2001	26.918,3	28,9%	44.093,2	38,9%	(17.175)	61,0%	1,02	27.468,83
2002	27.412,6	29,3%	42.452,9	38,0%	(15.040)	64,6%	1,04	28.486,92
2003	28.088,6	28,0%	41.706,1	34,5%	(13.618)	67,3%	1,06	29.909,22
2004	29.870,0	28,4%	46.597,9	36,2%	(16.728)	64,1%	1,13	33.823,26
2005	30.652,5	28,5%	49.145,9	37,2%	(18.493)	62,4%	1,16	35.618,59

Fonte: Dados do Ministério das Finanças e da Administração Pública: MFAP/DGEP – A Economia Portuguesa – Julho de 2005, disponíveis em <http://www.gpeari.min-financas.pt/analise-economica/estatisticas>, acesso em 15/04/2010. (*) Cálculos efetuados pelos autores.

Observa-se défice crescente da Balança Comercial, como exposto na Tabela 7, além de deterioração dos termos de troca de 69,9% para 62,4% ao longo do período. Há uma valorização dos termos nominais de compra, ou seja, o poder de compra das importações e das exportações aumentou. Portanto, isso não se reflete num aumento do consumo como percentagem do PIB, o que significa que a demanda interna está sendo suprida pelo mercado

externo. No entanto, os déficits comerciais não se apresentam como um problema estrutural porque, no momento, são cobertos pela elevação do poder de compra doméstico advindo dos ajustes feitos na economia para permitir a adesão à moeda única.

Ainda em relação ao comportamento do Comércio Exterior português, percebe-se pelos dados apresentados na Tabela 8, redução significativa no peso dos setores primário – à exceção da área extrativista – e secundário nas importações, acompanhado de um pequeno crescimento do peso do setor de serviços. Como citado anteriormente no item 2, destaca-se o aumento das importações do setor pesqueiro para suprimento das fabricas de salga, conservas e congelados. Pelo lado das exportações, pode-se observar uma permanência de patamares durante o período para todos os setores, à exceção da indústria transformadora, que apresenta queda de sua participação na pauta exportadora.

Tabela 8: Comércio Externo de Portugal por tipo de produto entre 1996 e 2005. Em % do total negociado, em milhares de Euros. (*)

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
Importações	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Agricultura, Pecuária e silvicultura	6,10%	5,57%	5,63%	4,53%	4,13%	4,46%	4,47%	4,25%	3,93%	3,58%
Pesca	0,27%	0,26%	0,28%	0,34%	0,33%	0,35%	0,35%	0,34%	0,34%	0,32%
Ind. Extrativa	5,53%	5,91%	4,06%	5,10%	7,15%	6,91%	6,56%	7,10%	7,77%	9,70%
Ind.transformadora	82,38%	82,13%	85,75%	84,70%	81,00%	81,09%	81,71%	80,80%	79,72%	75,89%
Electricidade, gás e água	nc	nc	Nc	nc	0,08%	0,07%	0,17%	0,30%	0,38%	0,65%
Alugueis e serviços	0,16%	0,19%	0,19%	0,21%	0,13%	0,20%	0,15%	0,10%	0,07%	0,06%
Outros serviços	0,03%	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%	0,03%	0,02%	0,02%	0,10%
Exportações	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Agricultura, Pecuária e silvicultura	0,78%	0,94%	0,85%	0,81%	0,86%	1,16%	1,25%	1,29%	1,38%	1,45%
Pesca	0,26%	0,28%	0,27%	0,29%	0,29%	0,29%	0,31%	0,29%	0,32%	0,27%
Ind. Extrativa	1,11%	1,12%	0,75%	0,69%	0,66%	0,61%	0,58%	0,54%	0,87%	0,99%
Ind.transformadora	96,70%	96,49%	97,34%	97,45%	97,47%	97,21%	97,20%	97,15%	96,35%	95,96%
Electricidade, gás e água	0,00%	nc	Nc	nc	nc	0,07%	nc	0,12%	0,15%	0,28%
Alugueis e serviços	0,01%	0,02%	0,01%	0,04%	0,02%	0,01%	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%
Outros serviços	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%	0,03%	0,04%	0,04%	0,02%	0,02%

Fonte: Base de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE). Anuário Estatístico de 2007, disponível em <http://www.ine.pt> acesso em 20/10/2009. (*) cálculo efetuado pelos autores.

A taxa de desemprego em Portugal, apresentada na Tabela 9, foi se aproximando da taxa da UE-15 tendendo ao mesmo comportamento. Por outro lado, a taxa de emprego portuguesa – cujo aumento havia sido definido como prioridade dos governos Guterres – não

conseguiu passar dos 70%. Deste modo, pode-se concluir que o país convergiu para os patamares de desemprego dos demais Estados-Membros da União Europeia.

Tabela 9: Evolução da População ativa, emprego e desemprego em Portugal e UE-15, anos selecionados.

(1)		(2)	(3)	(4)
		1995	2000	2004
População ativa	Portugal - Taxa % (1)	68,90	71,40	73,00
	UE 15 - Taxa % (1)	67,20	69,20	70,60
Emprego	Portugal - Taxa % (2)	62,60	68,30	67,80
	UE 15 - Taxa % (2)	59,90	63,20	64,70
Desemprego	Portugal - Taxa %	7,30	4,10	6,70
	UE 15 - Taxa %	10,20	7,90	8,10

Fonte: Base de dados da EUROSTAT, disponíveis em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/themes> acesso em 21/12/2009. (1) Porcentagem da população entre 15 e 64 anos. (2) Porcentagem calculada sobre a População Ativa, (3) Conforme registro de desemprego.

O nível de preços português convergiu em direção à meta estabelecida pelas autoridades monetárias supranacionais da UE, estabelecida em 2,0% ao ano. Deste modo, o comportamento da taxa de inflação portuguesa, que se pode observar no Gráfico 6, apresenta tendências de alta e baixa, conforme a tendência dos demais Estados-Membros da UE-15 para, no final do período convergir totalmente e atingir a meta determinada.

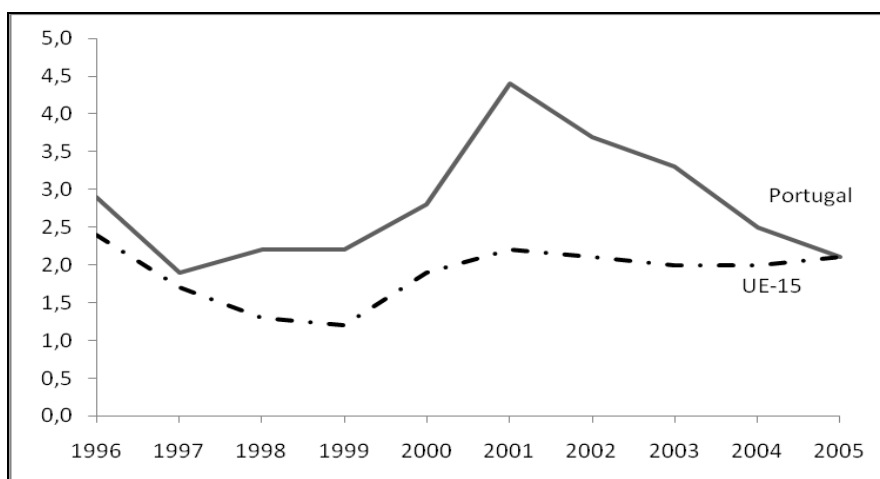


Gráfico 6: Evolução da taxa de inflação em Portugal e UE-15, de 1996 a 2005.

Fonte: Base de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE). Anuário Estatístico de 2007, disponível em <http://www.ine.pt> acesso em 20/10/2009.

A evolução do mercado mobiliário português entre 1996 e 2005 se deu, em boa parte, de maneira correlata à emissão de títulos da dívida pública. Ou seja, o mercado de valores

mobiliários português ainda era incipiente em 2005 e o pouco desenvolvimento que obteve se deu à custa do endividamento público, conforme se observa nos dados da Tabela 10.

Tabela 10: Evolução do volume de títulos e ações emitidas em Portugal de 1996 a 2005. Em % do PIB (*)

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
Ativos	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Ações	0,4	0,07	0,09	0,35	1,36	0,81	1,24	0,1	0,81	1,47
Títulos da Dívida pública	23,47	21,83	12,81	10,16	6,73	9,66	11,6	14,19	13,01	22,82

Fonte: Base de dados do Banco de Portugal. Setor de estatísticas online, disponíveis em [http://www.bportugal.pt/EstatisticasWEB/\(S\(fdfpywajpuf5u045scojr1fd\)\)/SeriesCronologicas.aspx](http://www.bportugal.pt/EstatisticasWEB/(S(fdfpywajpuf5u045scojr1fd))/SeriesCronologicas.aspx) acesso em 28/06/2010. (*) Cálculo percentual sobre o PIB efetuado pelos autores.

A partir de 1997, os investimentos estrangeiros em carteira deram lugar aos investimentos diretos. Este é um reflexo de dois movimentos a saber: a tomada de consciência dos investidores externos da incipiência do mercado de valores mobiliários português; e a opção estratégica dos mesmos em transformar seus ativos monetários em ativos de outro tipo. Tal mudança pode ser observada no Gráfico 7 a seguir.

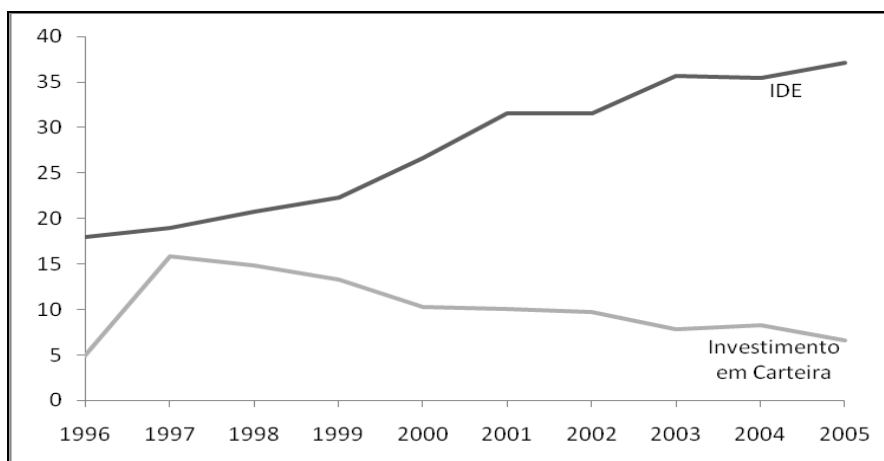


Gráfico 7: Investimento Estrangeiro de 1996 a 2005, valores em % do PIB.

Fonte: Dados do Ministério das Finanças e da Administração Pública: MFAP/DGEP disponíveis em <http://www.gpeari.min-financas.pt/analise-economica/estatisticas>, acesso em 20/07/2010.

Ao se analisar o fluxo de capitais entre Portugal e a União Europeia no período de 1996 a 2005, conforme o Gráfico 8, nota-se o “vale” no fluxo da União Europeia para Portugal em 2001, contrastando com a regularidade portuguesa. Ressalta-se também o salto que ocorre em 2003, de todo insuficiente para compensar o “vale” anterior. Isso significa que,

de certa forma, Portugal conferiu liquidez ao sistema monetário da União Europeia com maior propriedade do que o contrário.

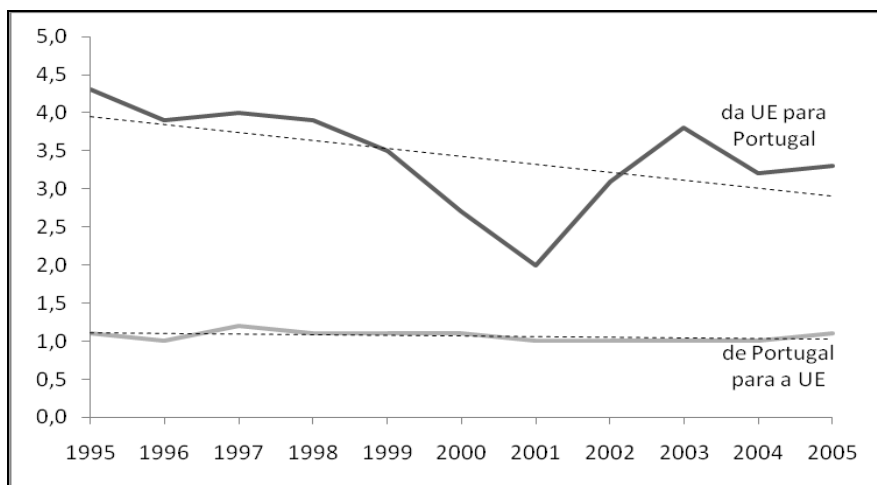


Gráfico 8: Fluxo de capitais entre Portugal e UE de 1996 a 2005.

Fonte: Dados do Min.Finanças e Adm.Pública: MFAP/DGEP disponíveis em <http://www.gpeari.min-financas.pt/analise-economica/estatisticas>, acesso em 20/07/2010. (*) Linhas de tendência pelos autores.

Conforme já se havia observado no período de 1986 a 1995, a tendência de descolamento das despesas públicas em relação às receitas continuou ocorrendo de 1996 a 2005, como demonstra o Gráfico 9, o que se deve provavelmente ao aumento das despesas de capital. Isto reflete o endividamento público progressivo de Portugal.

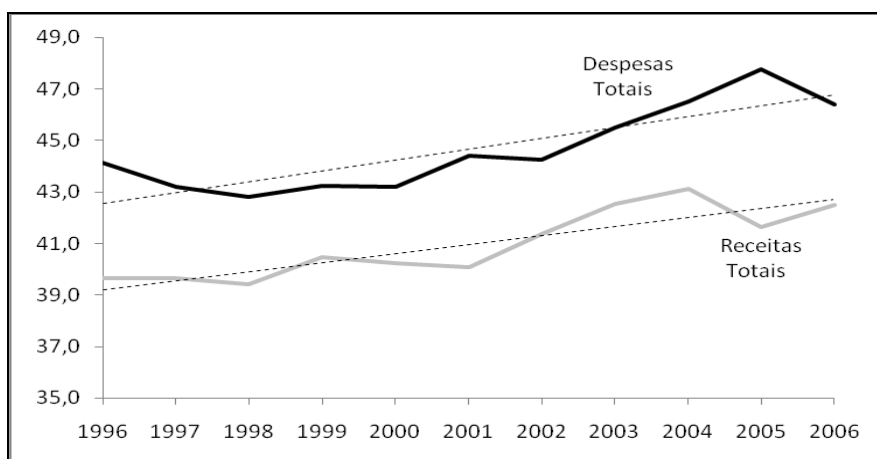


Gráfico 9: Contas públicas portuguesas, 1996 a 2006. Em % do PIB (*).

Fonte: Base de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE). Anuário Estatístico de 2007, disponível em <http://www.ine.pt> acesso em 20/10/2009. (*) Linhas de tendência adicionadas pelos autores.

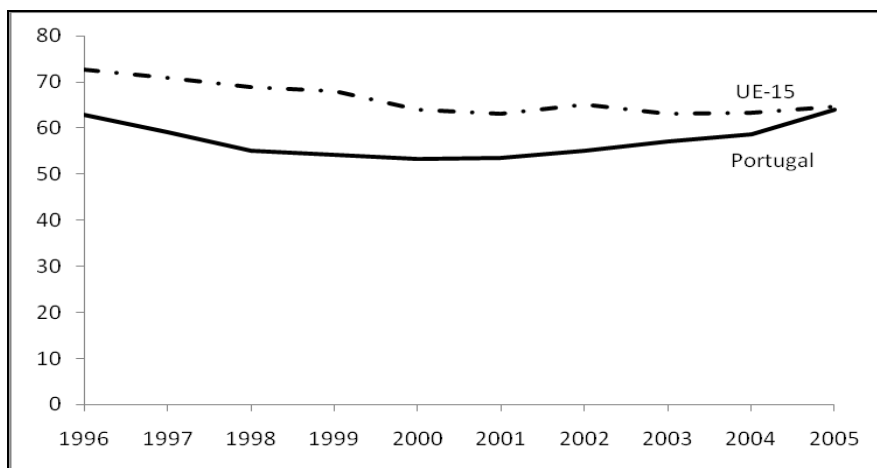


Gráfico 10: Dívida Pública Portuguesa e da UE-15, 1996 a 2005, em % do PIB.

Fonte: Dados do Ministério das Finanças e da Administração Pública: MFAP/DGEP – A Economia Portuguesa – Julho de 2005, disponíveis em <http://www.gpeari.min-financas.pt/analise-economica/estatisticas>, acesso em 20/07/2010.

Ainda em relação às contas públicas portuguesas, observa-se no Gráfico 10 que a tendência de endividamento de Portugal segue uma trajetória próxima à do endividamento dos demais países da União Europeia mas convergindo para o mesmo patamar no final da série segue as exigências para a união monetária.

A renda per capita portuguesa mostra uma tendência de menor aceleração no seu crescimento se comparado ao da UE-15, conforme se pode verificar no Gráfico 11.

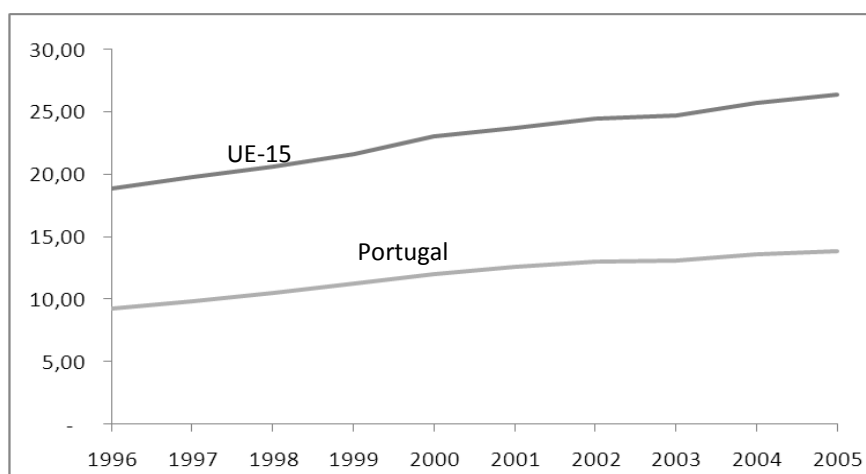


Gráfico 11: Evolução da Renda per capita Portuguesa e da UE-15, 1996 a 2005 (em milhares de euros).

Fonte: Base de dados da EUROSTAT, disponíveis em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/themes> acesso em 21/12/2009.

Passando-se a analisar alguns indicadores sociais em Portugal em comparativo com o grupo de países da UE-15 para o ano de 1997, na Tabela 11 pode-se perceber um maior índice de pobreza da população portuguesa e, no entanto, um menor investimento público na despesa social. Adicionalmente, existe maior concentração de renda demonstrada pela relação entre o decil superior e o inferior do rendimento médio. Esta última relação apresenta-se muito distante da média do bloco. Já o Índice de Gini português fica em 36,8%, contra 32,2% para a média dos Estados-Membros da UE.

Tabela 11: Indicadores sociais de Portugal e EU-15 (1997)

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
	PIB per capita	Despesa social	Taxa de Pobreza	Índice de Gini	Dispersão Salarial D9/D1
Portugal	68	21,6	15,9	0,368	4,05
EU	96	27,8	13,6	0,322	2,81

Fonte: Adaptado de Pereirinha e Nunes, Política Social em Portugal e a Europa, 20 anos depois IN: Romão (org.). Antonio, A Economia Portuguesa 20 anos após a adesão. Coimbra: Almedina, 2006. p.290. Observação: (2) Valores em PPP (paridade de poder de compra); (3) a despesa social se refere à despesa total pública com o sistema de securidade social, cálculo em porcentagem do PIB; (4) porcentagem de indivíduos abaixo de 50% do valor de renda disponível mediano para adulto equivalente; (5) Valores mais próximos de 1 significam maior dispersão na distribuição de renda, valores mais próximos de zero indicam maior equitatividade de distribuição; (6) D1 é o rendimento médio do decil inferior da distribuição de renda salarial, D9 informa o rendimento médio do decil superior da distribuição.

Destaca-se a importância da implantação do Rendimento Mínimo Garantido (RMG), cujos efeitos sobre a distribuição de renda suplantaram os alcançados pelos programas assistencialistas. O RMG possui uma eficiência redistributiva comprovada, na medida em que 92% dos atendidos pelo programa integram a população que se situava, anteriormente, abaixo da linha de pobreza, 3,5% da população portuguesa é beneficiada pelo programa.

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Portugal escolheu iniciar o segundo decênio de sua participação na Comunidade Econômica Europeia, tendo na direção política do país um outro partido que não aquele que havia orientado os primeiros dez anos pós adesão. Assim, o Partido Socialista – PS ficou à frente do governo por sete anos, quando foi novamente eleito o Partido Social Democrático – PSD. As críticas que o PS havia feito sobre a subserviência do país aos ditames da Comunidade Europeia nos primeiros dez anos de adesão não reverteram em atitude diversa quando à frente do governo. Portugal continuou a desempenhar o papel de “aluno obediente”

das determinações tomadas pelo bloco. Assim, os dez anos de 1996 a 2005 mostraram uma tendência à continuidade das medidas e resultados de 1986 a 1995.

Por fim, o período que marca os vinte anos posteriores à adesão ao bloco europeu se encerrou com dois mandatos do PSD. Eles não apresentaram resultados de grande destaque, já que apenas se continuou a seguir as orientações dadas pelas autoridades de Bruxelas. Talvez a ação de maior impacto sobre a vida da população portuguesa durante este segundo decênio tenha sido a entrada em vigor da moeda única. Porém, o maior impacto sobre a própria União Europeia veio na não aceitação em 2004 de uma constituição única para todos os seus membros. Fato que esfriou os ânimos e levou a grandes debates sobre os rumos que a UE deve agora seguir.

A análise dos dados e do ambiente econômico permitem afirmar que, de 1996 a 2005, o PIB português passou a crescer a uma taxa 50% menor que no período analisado no capítulo dois, de 1986 a 1995. O PIB europeu, por sua vez, manteve uma tendência de crescimento paralela ao eixo, o que indica estagnação. Em termos da participação setorial da economia, o setor primário diminuiu sua participação na economia. O setor secundário também encolheu e o setor terciário manteve uma tendência de crescimento com destaque para atividades ligadas ao comércio, à área financeira, de imóveis, e serviços diversos.

O estudo das alterações ocorridas no setor primário em geral revelou uma redução física absoluta do setor, refletida na produção total. Houve, portanto, destruição do produto agrícola no país, no período. Já o setor pesqueiro, em particular, sofreu queda de participação no PIB do país e perdeu o status de atividade tradicionalmente vital às populações costeiras que aceitaram a destruição física da frota e redução dos totais de pescado em troca de auxílios mensais para custeio de suas vidas. Assim, para este setor, os efeitos sobre a oferta agregada foram a redução do uso da capacidade instalada, redução do nível de investimento no setor, aumento do déficit na balança comercial (redução da oferta doméstica de alimentos e aumento das importações). Os efeitos sobre a demanda agregada foram: redução do consumo e da rentabilidade marginal e absoluta do setor, com redução da arrecadação do governo. Isto ajuda a explicar em parte o aumento do déficit das contas públicas.

Ao se analisar o setor secundário, constata-se uma redução na sua participação no PIB nacional, com destaque para a instalação de uma montadora de automóveis no país. Tal levou ao aquecimento o setor de produção de acessórios e auto-peças. Então, para este setor, os efeitos sobre a oferta agregada foram: aumento do uso da capacidade instalada (apesar da redução da participação), aumento do nível de investimento no setor. Os efeitos sobre a

demanda agregada foram: redução da arrecadação do governo, em razão da redução dos rendimentos dos demais estabelecimentos industriais. No Balanço de Pagamentos, isso pode ter causado, ao mesmo tempo, um aumento nos investimentos estrangeiros diretos (IED) e um aumento na remessa de lucros para o exterior. O aumento progressivo do déficit do Balanço de Pagamentos português ao longo do período mostra a primazia dos últimos sobre os primeiros.

Por fim, o estudo sobre a evolução do setor terciário permite destacar a continuidade do crescimento do setor bancário e financeiro, em geral. Também das construções, seja na expansão imobiliária, seja na de infraestrutura de transportes. Assim, do lado da oferta agregada, este setor obteve aumentos da capacidade instalada e do nível de investimento que levaram a um agravamento do déficit da Balança Comercial. A demanda por serviços teve o efeito de que o aumento das importações se elevasse, enquanto a produção interna desse setor não atingiu outros mercados. Pelo lado da demanda agregada, o consumo dos serviços aumentou e trouxe maior rentabilidade ao setor, com consequente aumento de arrecadação. Daí a compreensão da maior parte da população portuguesa de que a entrada do país na União Europeia seja um “bom negócio”. No entanto, sob a superfície do aumento do consumo e do volume de investimentos, escondiam-se alguns problemas crônicos.

No setor de comércio externo, Portugal manteve um quadro de déficit crescente da Balança Comercial, com a demanda interna sendo suprida pelo mercado externo. As exportações mantiveram-se com queda da indústria transformadora e perdas no setor primário em geral. O país trocou os seus mercados de atuação tradicionais e concentrou suas trocas com os demais países da UE, em especial com a vizinha Espanha, compondo um “bloco” ibérico.

No lado monetário, a inflação portuguesa continuou a seguir o comportamento da UE com metas determinadas pela autoridade monetária centralizada. A evolução do mercado mobiliário português entre 1996 e 2005 se deu à custa do endividamento público e os investimentos estrangeiros em carteira deram lugar aos investimentos diretos, já que ocorreu uma tomada de consciência dos investidores externos da incipiência do mercado de valores mobiliários português; levando à opção estratégica de transformar seus ativos monetários em ativos de outro tipo. O fluxo de capitais entre Portugal e a União Europeia leva a concluir que Portugal conferiu liquidez ao sistema monetário da União. As contas públicas continuaram a tendência de aumento das despesas em relação às receitas, provavelmente devido às despesas

de capital, refletindo o endividamento público progressivo de Portugal e o aumento de saída de capital do país em direção à UE.

No âmbito social, embora tenha sido priorizado o tema “Trabalho e emprego” na segunda presidência portuguesa da UE, o país convergiu para os patamares de desemprego médios da UE, sem que houvesse aumento dos níveis de emprego. O período assistiu à queda na abertura de novas empresas e crescimento explosivo do fechamento de empreendimentos em atividade, ou seja, destruição da oferta interna. A renda per capita portuguesa continuou a crescer, mas de forma mais lenta que nos primeiros dez anos de participação no bloco europeu. O índice de pobreza aumentou; houve menos investimento público na área social; aumentou a concentração de renda; aumentou a desigualdade; e Portugal foi, à época, o pior em distribuição de renda entre os países membros da União Europeia, ainda que tenha feito tentativas de melhora com a política de Rendimento Mínimo Garantido.

Em síntese, pode-se afirmar que entre 1996 e 2005, a economia portuguesa rumou em direção à estagnação. O PIB foi refreado, a formação bruta de capital fixo diminuiu, a indústria foi desmontada. Setores inteiros como a pesca foram eliminados, mas como o padrão de consumo não se alterou, não se sentiram efeitos de curto prazo. O aumento do desemprego – resultado também da transferência de postos de trabalho para a UE – não foi percebido, em um primeiro momento, dado o aumento da renda através dos Planos de Demissão Voluntária (PDV) e outras formas de mascarar a redução na expectativa de consumo futura. Como resultados, a consolidação de uma concentração de renda maior do que no decênio anterior e um aumento do índice de pobreza permaneceram ignorados. O aumento de renda média – somado à manutenção dos padrões de consumo via importações (afetando a balança comercial) – parece ter anestesiado a consciência dos portugueses para a lenta mas consistente deterioração estrutural da economia do país, que perdeu dinamismo, tornando-se ainda mais dependente da União Europeia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Margarida. Segundo ABREU, Margarida. *As crises Cambiais do Escudo entre 1992 e 1995*. Lisboa: ISEG, 1998. Disponível em [HTTP://repository.url.pt/bitstream/10400.5/567/1/ma-artigo-1998.pdf](http://repository.url.pt/bitstream/10400.5/567/1/ma-artigo-1998.pdf) acesso em 20/03/2010.
- ABREU, Marta. “Da adesão à Comunidade Europeia à participação na União Económica e Monetária: a experiência portuguesa de desinflação no período 1984 a 1998” IN *Boletim Económico do Banco de Portugal*. Abril 2001. Disponível em: <http://www.bportugal.pt/publish/bolecon/docs/2004-1.pdf> acesso em 15/11/2009.
- ALMEIDA, Rui Lourenço Amaral de. *Portugal e a Europa: ideias, factos e desafios*. Lisboa:Edições Sílabo, 2005
- CARDOSO, Fátima e ESTEVES, Paulo Soares. “Globalização, alterações estruturais das exportações e termos de troca em Portugal” IN *Boletim Económico do Banco de Portugal*. Março de 2008. Disponível em <http://www.bportugal.pt/publish/bolecon/docs/2008-3.pdf>
- CERQUEIRA, Pedro André. *Assimetria de choques entre Portugal e a União Europeia*. Dissertação de mestrado de 11/04/2000 na Universidade de Coimbra.
- COSTA, Jorge. *et alli. Os donos de Portugal – cem anos de poder económico (1910-2010)*. Porto:Afrontamento, 2010.
- FREITAS, Miguel Lebre. *A convergência de Portugal na União Européia*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2002
- LAINS, Pedro e FERREIRA SILVA, Álvaro (orgs.). *História Económica de Portugal. O século XX*. Lisboa: Imprensa de Ciência Sociais, 2005.
- LOPES, José da Silva. *A economia portuguesa desde 1960*. Lisboa: Gradiva, 1995
- LOPES, Emídio. Estudo das determinantes do investimento do sector produtivo e em habitação. IN: *Relatório de Prospectiva e Planeamento*, N. 3/4, Lisboa: Banco de Portugal, 1997. Disponível em www.dpp.pt/pages/files/inv_sect_produtivo.pdf acesso em 22/03/2010.
- MARTINS DA SILVA, António. *História da Unificação Europeia – a integração comunitária (1945-2010)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- MATEUS, Abel. *Economia Portuguesa*. 3ª. Ed. Lisboa: Verbo, 2006
- MATEUS, Augusto. A economia portuguesa depois da adesão às Comunidades Europeias: transformações e desafios. IN: *Análise social*, vol.XXVII, 1992, pp.655-671. Disponível em analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223054629Q6yOU5pa6Gx45OK0.pdf. Acesso em 10/10/2009.

- MATTOSO, José (org.). *História de Portugal – O Estado Novo*. Vol. XIII, Lisboa: Círculo dos Leitores, 2008.
- MATTOSO, José (org.) *História de Portugal – Portugal depois da guerra: Estado Velho, mundo novo*. Vol. XIV, Lisboa: Círculo dos Leitores, 2008.
- MATTOSO, José (org.) *História de Portugal – Portugal em transe*. Vol. XV, Lisboa: Círculo dos Leitores, 2008.
- MENDES, Manuel Vieira. *A reforma da administração pública em Portugal*. Disponível no endereço http://www.stfpn.pt/arquivo/seminario7Maio/Texto_integral_Eng_VieiraMendes.pdf, acesso em 05/01/2010.
- MONTEIRO, Luís. *Os últimos 200 anos de nossa economia e os próximos 30*. Lisboa: Bnomics, 2010.
- PALMEIRA, José. *A geopolítica de Portugal e a União Europeia*. IN: *O Minho, a Terra e o Homem*. N. 37.- 2002, pp.130-132
- PINTO, António Mendonça. *O desafio europeu e a economia portuguesa, uma discussão necessária*. Lisboa: Verbo, 2000.
- RAMOS, Rui *et alli*. *História de Portugal*. 3a.ed. Lisboa:esfera dos livros, 2010.
- ROCHA, Edgar. Crescimento Econômico em Portugal nos anos 1960-73: alteração estrutural e ajustamento da oferta à procura de trabalho IN: *Revista Análise Social*. Vol.XX, Lisboa: Universidade de Lisboa, 1984. Disponível em <HTTP://analisesocial.ics.ul.pt/documentos> acesso em 14/03/2010.
- RODRIGUES, Carlos Farinha. *Distribuição do Rendimento, Desigualdade e Pobreza: Portugal nos anos 90*. Coimbra: Almedina, 2008
- RODRIGUES, Carlos Farinha *et al*. *Integration and Inequality: lessons from the accessions of Portugal and Spain to the EU*. Disponível <http://siteresources.worldbank.org/ECAEXT/Resources/publications/Making-Transition-Work-for-Everyone/paper1.pdf> acesso em 31/12/2009
- ROLLO, Maria Fernanda. *Portugal, a Europa e o Mundo*. Lisboa: Assembleia da República, 2006.
- ROMÃO, Antonio. A economia portuguesa perante o movimento de integração europeia IN: *Revista Análise Social*. Vol.XVIII, Lisboa: Universidade de Lisboa, 1982. Disponível em <HTTP://analisesocial.ics.ul.pt/documentos> acesso em 14/03/2010.
- _____. *A Economia Portuguesa - 20 Anos Após a Adesão*. Coimbra: Almedina, 2006.
- SARAIVA, José Hermano. *História Concisa de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 2003.
- SOUSA, Fernando de. Portugal e a União Europeia. IN: *Revista Brasileira de Política Internacional vol.43 no.2 Brasília July/Dec. 2000*. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000200009&script=sci_arttext, acesso em 12/12/2009.

TAMAMES, Ramon. *Integracion economica y los paises de menor desarrollo relativo : la experiencia de Austria y Portugal en la efa*. Buenos Aires : Intal: Bid, 1972

TELO, António José. *História Contemporânea de Portugal – do 25 de abril à actualidade*. V.2.Lisboa: Editorial Presença, 2008.

TENGARRINHA, José (org). *História de Portugal*. São Paulo: UNESP, 2001.

WEBER, Thilo. *Portugal – Economic Development after its Entry into the European Union in 1986*. Alemanha: Deutsche Aubenhandels: 2002.

BASES DE DADOS:

Banco de Portugal: www.bportugal.pt

Instituto Nacional de Estatística: www.ine.pt

Eurostat: www.eurostat.ue